



# **SANÇÕES PECUNIÁRIAS INSTITUÍDAS NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA BRASILEIRA**

Geraldo Magela Leite  
Consultor Legislativo da Área I  
Direito Constitucional, Eleitoral, Municipal, Administrativo,  
Processo Legislativo e Poder Judiciário

**ESTUDO TÉCNICO**

**SETEMBRO DE 2017**

© 2017 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

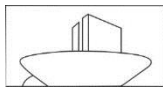
Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	5
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS .....	7
2.1. Denominação, configuração e inserção constitucional .....	7
2.2. Natureza jurídica dos partidos políticos: associações privadas incumbidas de atribuições institucionais relevantes .....	9
3. FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E CAMPANHAS ELEITORAIS .....	11
3.1. Financiamento público versus financiamento privado .....	11
3.2. O sistema misto brasileiro.....	14
4. O REGIME SANCIONATÓRIO DA LEGISLAÇÃO PARTIDÁRIA E ELEITORAL BRASILEIRA.....	17
4.1. Considerações iniciais .....	17
4.2. Sanções da Lei 9.096/1995, que dispõe sobre os partidos políticos .....	18
4.3. Sanções da Lei 9.504/1997, que estabelece normas para eleições .....	20
5. RESUMO.....	29
6. ANEXO ÚNICO: QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PENALIDADES PECUNIÁRIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E INDICAÇÃO SUSCINTA DAS MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO E ADEQUAÇÃO DO REGIME SANCIONATÓRIO .....	31

### ***Agradecimento***

Aos colegas Roberto Carlos Martins Pontes, da Área I, e Ana Luiza Backes e Luiz Henrique Vogel, da Área XIX, pelas valiosas contribuições ao estudo técnico, com a leitura, revisão e crítica dos escritos iniciais.



## 1. APRESENTAÇÃO

---

Em 13.2.2017, o jornal O Estadão<sup>1</sup> publicou matéria em que faz referência à manifestação do Ministro Henrique Neves, do Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que os partidos sofrem dificuldades financeiras para se sustentarem após o fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais e que é preciso encontrar um jeito de os partidos andarem e regularizarem as suas dívidas perante a Justiça Eleitoral. Sem apresentar números, o Ministro sugeriu a instituição de algo semelhante aos programas de refinanciamento de dívidas instituídos pelas administrações tributárias, bem como a extinção de multas de valores irrisórios e a redução de juros e correção monetária.

Por sua vez, em 8.6.2017, o jornal Folha de São Paulo<sup>2</sup> afirmou em sua página eletrônica que os partidos políticos devem quase **R\$120 milhões de reais** aos cofres públicos, tendo utilizado como fonte dados disponibilizados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Desse montante, quase metade seria decorrente de multas eleitorais (R\$55,6 milhões), outra parte decorrente de dívidas previdenciárias das legendas (R\$10,2 milhões) e o restante relacionado a débitos diversos (R\$55,5 milhões).

Números muito maiores que esses são apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional<sup>3</sup>, que informou em seu sítio na internet que mais de 12 mil devedores, entre pessoas físicas e jurídicas, possuem inscrição em Dívida Ativa da União, cujo montante, **somente das multas eleitorais**, ultrapassariam **R\$760 milhões de reais**<sup>4</sup>. Referida informação foi publicada no dia 31.8.2016, às 16h24min, sendo provável que os números atuais sejam diferentes daquele valor. Todavia, o montante é expressivo.

Há quem afirme que as dificuldades para a manutenção dos partidos políticos decorrem, sobretudo, do fim do financiamento empresarial de

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-do-tribunal-defende-parcelamento-de-dividas,70001663141> acesso em 28.3.2017.

<sup>2</sup> Disponível em <http://m.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1891173-partidos-politicos-devem-quase-r-120-milhoes-aos-cofres-publicos.shtml?mobile> acesso em 26.6.2017.

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.pgfn.fazenda.gov.br/noticias\\_carrossel/multas-eleitorais-ultrapassam-r-760-milhoes/](http://www.pgfn.fazenda.gov.br/noticias_carrossel/multas-eleitorais-ultrapassam-r-760-milhoes/) Acesso em 7.8.2017.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.pgfn.fazenda.gov.br/arquivos-de-noticias/INFOGRAFICO\\_multa%20eleitoral.pdf](http://www.pgfn.fazenda.gov.br/arquivos-de-noticias/INFOGRAFICO_multa%20eleitoral.pdf); acesso em 7.8.2017.

campanhas eleitorais. Com efeito, há fatores que se somam à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em setembro de 2015, a saber: o distanciamento entre os partidos, seus filiados e a sociedade civil (i), os recorrentes episódios de corrupção e a intensiva campanha para deslegitimar as agremiações partidárias, fatores que operam no sentido de desencorajar as doações por parte dos cidadãos (ii), e a prodigalidade de sanções de natureza pecuniária no Direito Eleitoral brasileiro (iii).

Assim, conquanto não se saiba exatamente qual seja o montante das dívidas dos partidos políticos, dos candidatos e até mesmo dos eleitores, pois que a Justiça Eleitoral ainda não promove a consolidação desses dados e as informações disponibilizadas pelo jornal “Folha de São Paulo” e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional se referem somente à União, tudo indica que uns e outros não param de acumular obrigações não adimplidas, a ponto de verem inviabilizado o funcionamento partidário, conforme afirmou o Ministro Henrique Neves na manifestação publicada pelo jornal “O Estadão”.

Nesse momento em que o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, discute diversos temas relacionados ao nosso sistema político e eleitoral, inclusive para propor alterações que enfrentem algumas das distorções existentes, parece oportuno incluir também no debate os temas relacionados ao financiamento eleitoral e partidário, bem como a revisão do próprio sistema sancionatório previsto no Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 1995) e na Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 1997).

Não se desconhecem aqui as dificuldades que envolvem o tema. A intensa campanha em desfavor das agremiações partidárias e dos seus integrantes, seu descolamento social e os episódios repetidos de corrupção resultaram em aversão por parte de muitos cidadãos. Assim, defender o financiamento público de campanhas eleitorais ou o aumento dos recursos públicos para tanto ou até mesmo a redução das sanções previstas na legislação pode soar como um sacrilégio para uma parcela significativa da população, além de sofrer forte oposição nos meios de comunicações.

Sem embargo, há que se apontar a importância crescente dos partidos políticos, mormente no sistema político brasileiro, os quais foram galgados à posição de instituições fundamentais para a democracia. Desse modo, a sociedade não pode colocá-los no centro do sistema político e se furtar a discutir sua manutenção e seu funcionamento. Ademais, o necessário sistema sancionatório não pode ser de tal envergadura que chegue a comprometer o próprio funcionamento dessas agremiações.

Nesse lineamento, o presente estudo examina as sanções de multa e suspensão de acesso ao fundo partidário e aponta algumas alternativas para viabilizar o funcionamento dos partidos políticos no Brasil. O estudo fica consideravelmente prejudicado em face da inexistência de dados sistematizados acerca das obrigações financeiras dos partidos políticos, candidatos e eleitores perante a Justiça Eleitoral. Assim, concentra-se no exame do sistema sancionatório, além de acolher as medidas sugeridas pelo Ministro do TSE, acima referidas, no sentido de se adotar um programa de refinanciamento quanto às dívidas já acumuladas.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS**

---

### **2.1. Denominação, configuração e inserção constitucional**

Há quem afirme que na Antiguidade já se encontravam registros da denominação “partido” com conotação política, embora com uma configuração bastante distinta do sentido que hoje se atribui ao termo. Na verdade, somente a partir do Séc. XIX é que os partidos políticos foram adquirindo as feições pelas quais atualmente são conhecidos. Maurice Duverger<sup>5</sup> afirma que em 1830 nenhum país do mundo, salvo os Estados Unidos, conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo; encontravam-se tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamentos ou até mesmo grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito.

De fato, ao se estudar, por exemplo, a Revolução Francesa, conclui-se que a representação política era organizada por estamentos, cuja

---

<sup>5</sup> *Apud* LEITÃO, Cláudia Sousa. A crise dos partidos políticos brasileiros (Os dilemas da representação política no Estado Intervencionista). Fortaleza: Gráfica Tipoprogresso, 1989, p. 63.

reunião se chamava de Estados Gerais, sem que houvesse uma configuração política institucionalizada sob a forma de partidos políticos. Somente a partir do processo revolucionário de 1789 é que os deputados começaram a se reunir por regiões ou movidos por interesses comuns, surgindo desse movimento os Jacobinos, os Girondinos, os Republicanos, os Monarquistas, o Partido da Planície ou do Pântano, os Montanheses, etc.

Na verdade, durante muito tempo, os agrupamentos políticos mais se pareciam com facções, termo que, a propósito, foi largamente utilizado até a popularização da expressão “partido político”, empregada para se opor ao sentido mais ou menos pejorativo da palavra “facção”. Na atualidade, longe de ser organização informal ou um mero grupo de opinião, o partido político se firmou como “uma forma de agremiação de um grupo social que se propõe organizar, coordenar e instrumentar a vontade popular com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo”. É o que afirma o constitucionalista José Afonso da Silva<sup>6</sup>.

Antiga a denominação e adotado no Séc. XIX o sentido de grupo organizado com o objetivo de assumir o poder, a inserção dos partidos políticos nos textos constitucionais deu-se somente em meados do Séc. XX. Afirma também José Afonso da Silva<sup>7</sup> que o legislador do Estado Liberal preferiu ignorar a organização de fins políticos, “reputando-a como um fenômeno extraconstitucional, ainda que no Direito Constitucional encontrasse sua base de sustentação como forma do exercício da liberdade de associação”.

Todavia, a importância crescente dos partidos políticos, que foram galgados à posição de instituições fundamentais para a democracia, fez com que eles figurassem, inicialmente, de modo central nas legislações eleitorais e nos regulamentos das Casas Legislativas de grande parte dos países, inserindo-se, finalmente, nos textos das constituições.

A propósito, esse percurso pode ser identificado no tratamento dado aos partidos políticos no Brasil. As Constituições de 1824 e 1891 sequer

---

<sup>6</sup> Curso de direito constitucional positivo. 38ª ed. revista e atualizada até a Emenda Constitucional n. 84, de 2.12.2014. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 397.

<sup>7</sup> Op. cit. p. 402.

os mencionam. Na Constituição de 1934, os partidos políticos são referidos no art. 170, não para lhes dedicar algum regramento, mas para estabelecer que “o funcionário que se valer da sua autoridade em favor de Partido Político, ou exercer pressão partidária sobre os seus subordinados, será punido com a perda do cargo, quando provado o abuso”. Na Constituição outorgada por Getúlio Vargas em 1937, nem mesmo essa referência foi reproduzida. Desse modo, somente com a Carta de 1946 é que os partidos políticos ganharam, no Brasil, destaque de natureza constitucional. Até então, como em muitos outros países, a normatização existente era exclusivamente infraconstitucional, como foi o caso, vale assinalar, das instruções publicadas nos idos de 1824, seguidas da nossa primeira Lei Eleitoral, que data de 1846.

## **2.2. Natureza jurídica dos partidos políticos: associações privadas incumbidas de atribuições institucionais relevantes**

Dizer a natureza jurídica de algum instituto ou instituição é dizer o que um ou outro significa para o direito vigente. No que se refere aos partidos políticos, um debate antigo procura esclarecer se se trata de associações privadas ou, ao contrário, se se trata de órgãos públicos. Há grande interesse na questão, pois que, nos regimes democráticos, os partidos políticos são instituições importantes para a formação da vontade pública e para a conformação e condução do próprio Estado.

Nesse campo, conhecido é o debate entre os italianos Pietro Virga e Paolo Biscaretti di Rufia. Para o primeiro, os partidos políticos se constituem como associações de pessoas com ideologias e interesses comuns, mas que também são órgãos do Estado, considerando as suas características de grupo eleitoral e de grupo parlamentar. Biscaretti, ao contrário, mesmo admitindo que os partidos políticos exercem funções públicas, não os considera como órgãos estatais, senão como associações auxiliares do Estado<sup>8</sup>.

No Brasil, ao menos no plano legislativo, trata-se de uma questão superada desde 1988. Dispõe expressamente o § 2º do art. 17, da Constituição Federal, que **os partidos políticos adquirem personalidade**

---

<sup>8</sup> José Afonso da Silva, op. cit. p. 406.

**jurídica na forma da legislação civil**, disposição esta que levou a um relativo consenso doutrinário e jurisprudencial de que as agremiações partidárias são, portanto, instituições privadas.

Nesse preciso lineamento, o Código Civil de 2002, instituído pela Lei n. 10.406, de 2002, com as alterações da Lei n. 10.825, de 2003, **incluiu os partidos políticos no rol das pessoas jurídicas de direito privado, conforme art. 44, V**. E mesmo antes do novo Código Civil, a Lei n. 9.096, de 1996, que dispõe sobre partidos políticos, já estabelecia em seu art. 1º a natureza jurídica privada dessas agremiações.

Orides Mezzaroba<sup>9</sup> esclarece que a partir da Constituição de 1988 o Brasil passou a tratar os partidos políticos não mais como parte do aparelho estatal, mas como associações privadas com funções constitucionais. Não integrando o conjunto dos órgãos e entidades estatais, os partidos políticos são, portanto, agremiações privadas orientadas pelo princípio da autonomia, que é sinônimo ou expressão de liberdade.

Cabe esclarecer, todavia, que a despeito de se afirmar o “caráter privado do partido, é certo que o seu papel, enquanto instituição que exerce relevante função de mediação entre o povo e o Estado, confere-lhe características especiais e diferenciadas, que não se deixam confundir com uma simples instituição privada. **Daí ressaltar-se que o partido é dotado de natureza complexa, que transita entre a esfera puramente privada e a própria esfera pública**” (s.n.)<sup>10</sup>.

É dizer, em outras palavras, que os partidos políticos não são associações comuns. Eles são parte fundamental do sistema político, como instituições incumbidas de relevantes atribuições no Estado Democrático de Direito. Assim, além da participação nos processos eleitorais para a escolha dos mandatários e membros dos Poderes Legislativo e Executivo, os partidos políticos compõem as coalizões de sustentação e governabilidade, participam da

---

<sup>9</sup> MEZZAROBA, Orides. Comentário ao art. 17. In: CANOTILHO, J.J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. Comentários à Constituição do Brasil: São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 695.

<sup>10</sup> MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Inocência Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 733.

formação da vontade pública e atuam na defesa da ordem jurídica (CF/88, arts. 5º, LXX, “a”, 53, § 3º, 55, §§ 2º e 3º, 74, § 2º, e 103, VIII).

A impossibilidade de, nas sociedades complexas, se estabelecer mecanismos exclusivos de decisão direta por parte da população, fez surgir a alternativa da representação política. A propósito, a Constituição brasileira de 1988 acolhe o princípio do poder como pertencente ao povo soberano, que tanto pode exercê-lo diretamente, nos termos da Carta Política, ou por intermédio dos seus representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único).

Nesse modelo adotado por uma vasta quantidade de nações do mundo, os partidos políticos agigantaram sua importância, tal modo que falar de representação política significa dizer necessariamente representação por partidos políticos. No Brasil, por exemplo, cuja legislação não admite as candidaturas avulsas, a representação política se entrelaça inarredavelmente aos partidos políticos, que são colocados, portanto, no centro do sistema político e da formação da vontade pública.

Exatamente por isso é que as agremiações político-partidárias devem se submeter a preceitos que as conectem aos valores e princípios democráticos, com os quais devem se comprometer e pelos quais devem se orientar. Ademais, são questões fundamentais o seu regular funcionamento, transparência, adequados instrumentos de controle institucional e social e o financiamento das suas atividades. Este é, a propósito, o próximo tópico do presente estudo.

### **3. FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E CAMPANHAS ELEITORAIS**

---

#### **3.1. Financiamento público versus financiamento privado**

Tema recorrente e bastante controverso em todas as democracias do mundo contemporâneo diz respeito ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais de que participem. Para situar adequadamente o debate, trata-se de saber se ambos devem ser financiados exclusivamente com dinheiro público ou exclusivamente com dinheiro privado ou, ainda, por um sistema intermediário entre ambos. Os argumentos contra e a

favor são muitos e não é tarefa fácil apontar quais têm mais peso que os outros. Destacamos e analisamos a seguir alguns desses posicionamentos.

Os que defendem seja o financiamento partidário e eleitoral inteiramente público acreditam que esse sistema evitaria, quando não, ao menos reduziria, a influência decisiva dos interesses particulares no trato com a coisa pública. Ademais, tal financiamento possibilitaria o alcance da igualdade entre os candidatos, assim como garantiria que todos tivessem os mesmos recursos financeiros e chances materiais na disputa eleitoral. Acrescente-se que sendo os partidos políticos incumbidos de relevantes funções institucionais e transitando entre as esferas privada e pública, não poderiam ficar sujeitos às injunções, ainda que lícitas, dos seus financiadores, mormente do poder econômico. Por fim, com o financiamento público, seriam obrigatoriamente mais transparentes e sujeitas a rigorosos controles sociais e públicos as operações financeiras dos partidos e candidatos, com redução ou eliminação da corrupção.

Essa forma de financiamento pode se dar sob variadas formas. Afirma Caetano Ernesto Pereira de Araújo<sup>11</sup>, Consultor do Senado Federal, que na experiência internacional comparada o “financiamento público pode ocorrer mediante entrega direta de recursos a partidos ou por meio de renúncia fiscal. Pode ocorrer de maneira concomitante a contribuições de particulares, sujeitas a regras mais ou menos restritivas, ou pretender exclusividade”.

Já os que defendem que o financiamento partidário e eleitoral seja exclusivamente privado, sustentam que tal regime obrigaria as agremiações a estabelecer uma política interna de fortalecimento institucional e enraizamento na sociedade. Isso porque, para receber recursos diretamente dos cidadãos ou de empresas, os partidos e candidatos teriam que divulgar os seus programas, ideais e atividades, zelar pela imagem pública e angariar simpatizantes e conseqüentemente novos filiados.

Acrescente-se que sendo os partidos políticos e seus candidatos representantes dos interesses do conjunto dos cidadãos e da sociedade, ambos têm o dever de colaborar financeiramente para a sua existência, funcionamento

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/931/R161-07.pdf?sequence=4>

e desenvolvimento das suas atividades. Por fim, diante da escassez de recursos financeiros, que estão sempre em disputa e normalmente para o atendimento a demandas muito mais urgentes ou prioritárias da sociedade, não faria sentido despendar parcela significativa desses recursos com as atividades partidárias e eleitorais, quando há outros meios disponíveis para sustentá-las.

Anote-se que nessa linha de argumentação, os custos com a estruturação e o funcionamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais não podem ser arcados diretamente pelo Estado, com o produto da sua atividade financeira. Ainda que os partidos políticos desenvolvam atribuições institucionais relevantes, eles devem financiar as suas atividades com recursos dos seus integrantes e candidatos, e com recursos dos cidadãos ou empresas. Os recursos que o Estado arrecada por intermédio da sua atividade financeira devem alcançar ou suportar outras necessidades sociais como saúde, educação, segurança, previdência e assistência social, funcionamento da máquina pública, etc., mas não o funcionamento dos partidos políticos e os custos das campanhas eleitorais.

Os limites do presente estudo não permitem o aprofundamento do tema, mas cabe apontar que são escassas as experiências de financiamento exclusivamente público ou de financiamento exclusivamente privado de partidos políticos e campanhas eleitorais. No caso da América Latina, por exemplo, somente a Venezuela adota o financiamento integralmente público.

Com efeito, **o sistema predominante é o misto**, caracterizado pela combinação do financiamento público com o privado. Sendo assim, recursos de fontes particulares (pessoas físicas e jurídicas) ou de órgãos públicos são manejados pelos partidos políticos, para o seu próprio funcionamento e para o custeio das campanhas eleitorais de que participem.

Os que defendem o sistema misto apontam ser ele o mais equilibrado, pois assegura que as legendas partidárias terão garantidos, pelo menos, os recursos carreados por intermédio do fundo partidário, não ficando à mercê somente das doações privadas. Por outro lado, sendo insuficientes os recursos do fundo partidário para a totalidade das despesas, os partidos políticos

precisam aperfeiçoar o relacionamento com os seus filiados e eleitores, com o objetivo de captar receitas complementares.

Examinando o financiamento partidário e eleitoral na experiência europeia, precisamente na Alemanha, França, Portugal e Espanha<sup>12</sup>, “constata-se que em todos eles o Estado contribui substancialmente para o funcionamento regular das agremiações, **mas o financiamento dos partidos é misto, isto é, combinam-se recursos privados com os públicos**” (s.n.).

Vale assinalar, por fim, que mesmo entre os que adotam o sistema misto de financiamento há uma pluralidade de situações em decorrência do tamanho da participação dos recursos públicos e da possibilidade ou impossibilidade de contribuição empresarial.

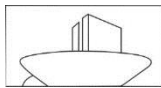
Feitos esses apontamentos, passa-se ao exame do sistema adotado pelo Brasil. Aqui o regime também é misto, mas com as particularidades decorrentes da nossa legislação e da jurisprudência do STF.

### 3.2. O sistema misto brasileiro

Seguindo a tendência da grande maioria dos países da América Latina, conforme estudo comparado de Daniel Zovatto, do Instituto Internacional para la Democracia y Asistencia Electoral (IDEA)<sup>13</sup>, o Brasil adota um sistema

<sup>12</sup> Ana Luiza Backes. Disponível em [http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema3/2012\\_22272.pdf](http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema3/2012_22272.pdf); acesso em 7.8.2017.

<sup>13</sup> Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762005000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002). Entre as características formais mais relevantes encontramos: a) Em relação ao tipo de sistema de financiamento, predomina em toda a região (94% dos países), com exceção da Venezuela, o financiamento misto, em que os partidos políticos recebem fundos públicos e privados para financiar suas campanhas eleitorais ou para custear seus gastos de funcionamento ordinário. b) A maioria dos países (94%) conta dentro de seu financiamento público com subvenções diretas (em dinheiro ou bônus) ou indiretas (serviços, benefícios tributários, acesso aos meios de comunicação, capacitação etc.). c) Os métodos de distribuição do financiamento público direto na região são fundamentalmente de três tipos: proporcional à força eleitoral (53%); método combinado de distribuição equitativa entre todos os partidos e segundo a força eleitoral (41%); e método combinado de distribuição proporcional à força eleitoral e representação parlamentar (6%). d) Na maioria de países (65%) se prevê algum tipo de barreira legal para ter acesso ao financiamento público. Estas se referem especificamente a que os elegíveis para o subsídio mencionado obtenham uma porcentagem mínima de votos ou que contem com representação parlamentar. e) Quanto ao desembolso do financiamento público, embora não exista um padrão homogêneo, prevalece o sistema que divide o desembolso em um montante anterior e outro posterior às eleições (53%), seguido pelo mecanismo de reembolso que se realiza depois das eleições (29%) e, em terceiro lugar, pelo que é feito antes das eleições (6%). f) A maior parte dos países estabelece restrições quanto à origem das contribuições privadas, predominando as proibições de doações de governos, instituições ou indivíduos estrangeiros (72%) de fornecedores do Estado (50%) e; de fontes anônimas (50%). Alguns países estabelecem também limites ao montante das contribuições privadas. g) Na maioria dos países (76%) concede-se aos partidos políticos acesso gratuito aos meios de comunicação estatais, privados ou a ambos, predominando o acesso gratuito aos meios de comunicação do Estado, durante a vigência da campanha eleitoral. h) Em quase todos os países (94%) existe algum órgão encarregado do controle e da fiscalização do financiamento dos partidos,



misto de financiamento partidário, composto do seguinte modo: recursos públicos provenientes do fundo partidário (i); doações privadas exclusivamente de pessoas físicas (ii), comercialização de bens e serviços (iii), e promoção de eventos arrecadatários (iv).

O financiamento de campanhas eleitorais segue esse tracejado, mas com particularidades: recursos próprios dos partidos políticos, desde que identificada a sua origem e provenientes do Fundo Partidário, de doações de pessoas físicas, de contribuição dos seus filiados e da comercialização de bens, serviços ou promoção de eventos de arrecadação (i); doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas (ii); recursos próprios dos candidatos (iii); doações de outros partidos políticos e de outros candidatos (iv); comercialização de bens ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação diretamente pelo candidato ou pelo partido político (v); e receitas decorrentes da aplicação financeira dos recursos de campanha (vi).

Com a ressalva referente às doações empresariais e de pessoas jurídicas em geral, em face da recente declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais que autorizavam as contribuições dessas fontes, o sistema acima indicado vigorou com poucas alterações desde a aprovação da Lei nº 9.096, de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e da Lei nº 9.504, de 1997 (Lei Eleitoral). Assim, nesse momento, o fato novo e que modifica profundamente o quadro das arrecadações partidárias e eleitorais diz respeito à referida decisão prolatada pelo STF na ADI nº 4.650<sup>14</sup>, Relator Min. Luiz Fux. Desde então,

---

tarefa atribuída na maioria dos casos aos organismos eleitorais). Finalmente, a maioria dos países prevê um regime de sanções direcionado para castigar a inobservância da legislação sobre o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais. Entre as sanções, prevalecem, por um lado, as penas pecuniárias (78%) e, pelo outro (embora em menor medida), as sanções administrativas ou de outra índole (56%) que acarretam a eliminação do registro partidário, ou a redução ou suspensão dos fundos estatais para os partidos que violaram a lei.

<sup>14</sup> EMENTA: Direito Constitucional e Eleitoral. Modelo normativo vigente de financiamento de campanhas eleitorais, arts. 23, §1º, incisos I e II, 24 e 81, caput e § 1º. Lei Orgânica dos Partidos Políticos, arts. 31, 38, inciso III, e 39, caput e §5º. Critérios de doações para pessoas jurídicas e naturais e para uso de recursos próprios pelos candidatos. Preliminares. Impossibilidade jurídica do pedido. Rejeição. Pedidos de declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto (itens E.1 e E.2). Sentença de perfil aditivo (item E.5). Técnica de decisão amplamente utilizada por Cortes Constitucionais. Atuação normativa subsidiária e excepcional do Tribunal Superior Eleitoral, somente se legitimando em caso de inércia deliberandi do Congresso Nacional para regular a matéria após o transcurso de prazo razoável (in casu, de dezoito meses). Inadequação da via eleita. Improcedência. Pretensões que veiculam ultraje à Lei Fundamental por ação, e não por omissão. Mérito. Ofensa aos princípios fundamentais democrático e da igualdade política. Cumulação de pedidos de ADI e de ADI por omissão em uma única demanda de controle concentrado de constitucionalidade. Viabilidade processual. Premissas teóricas. Postura particularista e expansiva da Suprema Corte na salvaguarda dos pressupostos democráticos. Sensibilidade da matéria,

minguaram as fontes de financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais, sem contar que a grande maioria das agremiações possivelmente se encontre em dificuldade financeira, inclusive para fazer face às obrigações pecuniárias decorrentes do sistema sancionatório.

Vale retornar à afirmação inicial de que não se sabe exatamente qual é o montante das dívidas dos partidos políticos, dos candidatos e até mesmo dos eleitores, uma vez que a Justiça Eleitoral ainda não promove a consolidação desses dados. No entanto, parece que uns e outros têm acumulado obrigações pecuniárias não adimplidas, a ponto de verem dificultado ou inviabilizado o próprio funcionamento partidário, conforme mencionou o Ministro Henrique Neves na matéria publicada pelo “Estadão”.

Vale apontar, igualmente, que a nossa legislação é pródiga de sanções pecuniárias, que alcançam partidos políticos, coligações, candidatos, eleitores, agentes públicos e pessoas jurídicas diversas. Essa prodigalidade sancionatória, somada às dificuldades de captação de recursos financeiros no meio social, sobretudo a partir do Acórdão prolatado pelo STF na ADI nº 4.650

---

afeta que é ao processo político-eleitoral. Autointeresse dos agentes políticos. Ausência de modelo constitucional cerrado de financiamento de campanhas. Constituição-moldura. Normas fundamentais limitadoras da discricionariedade legislativa. Pronunciamento do Supremo Tribunal Federal que não encerra o debate constitucional em sentido amplo. Diálogos institucionais. Última palavra provisória. Mérito. Doação por pessoas jurídicas. Inconstitucionalidade dos limites previstos na legislação (2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição). Violação aos princípios democrático e da igualdade política. Captura do processo político pelo poder econômico. “Plutocratização” do prélio eleitoral. Limites de doação por pessoas naturais e uso de recursos próprios pelos candidatos. Compatibilidade material com os cânones democrático, republicano e da igualdade política. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente. [...] 7. Os limites previstos pela legislação de regência para a doação de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais se afiguram assaz insuficientes a coibir, ou, ao menos, amainar, a captura do político pelo poder econômico, de maneira a criar indesejada “plutocratização” do processo político. 8. O princípio da liberdade de expressão assume, no aspecto político, uma dimensão instrumental ou acessória, no sentido de estimular a ampliação do debate público, de sorte a permitir que os indivíduos tomem contato com diferentes plataformas e projetos políticos. 9. A doação por pessoas jurídicas a campanhas eleitorais, antes de refletir eventuais preferências políticas, denota um agir estratégico destes grandes doadores, no afã de estreitar suas relações com o poder público, em pactos, muitas vezes, desprovidos de espírito republicano. 10. O telos subjacente ao art. 24, da Lei das Eleições, que elenca um rol de entidades da sociedade civil que estão proibidas de financiarem campanhas eleitorais, destina-se a bloquear a formação de relações e alianças promíscuas e não republicanas entre aludidas instituições e o Poder Público, de maneira que a não extensão desses mesmos critérios às demais pessoas jurídicas evidencia desequiparação desprovida de qualquer fundamento constitucional idôneo. [...] 19. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para assentar apenas e tão somente a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto do art. 31 da Lei nº 9.096/95, na parte em que autoriza, a contrario sensu, a realização de doações por pessoas jurídicas a partidos políticos, e pela declaração de inconstitucionalidade das expressões “ou pessoa jurídica”, constante no art. 38, inciso III, e “e jurídicas”, inserta no art. 39, caput e § 5º, todos os preceitos da Lei nº 9.096/95.

tornando inconstitucional a doação por pessoas jurídicas, certamente tem criado embaraços aos partidos políticos, situação que não pode ser desconsiderada.

Assim, além do necessário aprofundamento do debate sobre o financiamento público, há que se rever, por outro lado, o próprio regime sancionatório, sob pena de se acumularem cada vez mais obrigações financeiras não adimplidas perante a Justiça Eleitoral. Não se trata de reduzir os instrumentos de controle, tampouco de permitir qualquer prática em nome da viabilidade de funcionamento. O necessário debate deve encaminhar-se no sentido da racionalização do sistema sancionatório e também do aperfeiçoamento do controle social e institucional.

#### **4. O REGIME SANCIONATÓRIO DA LEGISLAÇÃO PARTIDÁRIA E ELEITORAL BRASILEIRA**

---

##### **4.1. Considerações iniciais**

A inobservância da legislação sobre o financiamento dos partidos e campanhas eleitorais, bem como das normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado, estão sujeitas a penas pecuniárias (multas), a sanções administrativas, à redução ou suspensão de quotas do Fundo Partidário e à imposição de penas restritivas de liberdade e de direitos. Esse regime sancionatório alcança, conforme a natureza da infração, o eleitor, o candidato, o partido político, a coligação de partidos e as pessoas jurídicas.

No presente estudo não serão examinadas as penas restritivas de liberdade ou de direitos, nem aquelas relacionadas à organização e ao exercício de direitos políticos, precipuamente os de votar e ser votado, mesmo quando ensejarem a aplicação de multa. Quanto a esse tema, limitamo-nos, em quadro anexo, a fazer observações ligeiras sobre a pertinência da sanção e a necessidade ou conveniência de sua manutenção.

Desse modo, deixando de lado as penalidades previstas no Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965) e no Estatuto das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64, de 1990), serão examinadas as sanções de natureza

pecuniária previstas na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 1995) e na Lei Eleitoral (Lei nº 9.504, de 1997).

#### **4.2. Sanções da Lei 9.096/1995, que dispõe sobre os partidos políticos**

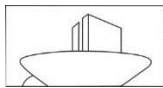
A Lei dos Partidos Políticos dispõe nos arts. 36, 37 e 37-A sobre a aplicação de penalidades decorrentes da arrecadação irregular de recursos, as quais consistem de suspensão temporária do recebimento de quotas do Fundo Partidário, devolução das importâncias consideradas irregulares e aplicação de multas.

O **art. 36** determina que a violação de normas legais ou estatutárias sujeita o partido político à sanção de:

**I - suspensão do recebimento das quotas do fundo partidário**, em caso de recursos de origem não mencionada ou não esclarecida, até que sejam prestados os esclarecimentos pelo partido e, apresentados, sejam aceitos pela Justiça Eleitoral;

**II - suspensão da participação no fundo partidário por um ano**, no caso de recebimento de recursos das seguintes fontes vedadas: entidade ou governo estrangeiros; autoridade ou órgãos públicos, ressalvado o próprio Fundo Partidário; autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais; e entidade de classe ou sindical.

A Resolução/TSE nº 23.432/2014, que regula as finanças e a contabilidade dos Partidos Políticos, estabelece nos arts. 14 e 46 mecanismos de temperamento da medida de suspensão do acesso às quotas do Fundo Partidário prevista no art. 36, I e II. No caso dos **recursos de origem não mencionada ou não esclarecida**, a medida consiste de devolução ao Tesouro Nacional até o último dia útil do mês subsequente à efetivação do crédito, sendo vedada a devolução ao doador originário. No caso de recebimento direto ou indireto de recursos de fontes vedadas, a medida saneadora consiste da adoção de providências de devolução à origem ou recolhimento ao Tesouro Nacional. Com isso evita-se a suspensão do acesso ao Fundo Partidário.



**Considerações:** as penalidades acima examinadas devem ser mantidas, mesmo em face da cominação de outras sanções, inclusive de natureza criminal. Primeiro, a sanção cumpre o objetivo de dar transparência aos procedimentos de arrecadação de recursos. Por fim, confere efetividade às normas que vedam a captação de recursos de determinadas fontes ou buscam estabelecer a transparência das arrecadações.

O **art. 36, III** prevê, por sua vez, a suspensão da participação no fundo partidário, por dois anos, e aplicação de **multa** correspondente ao valor que exceder os limites fixados, no caso de recebimento de doações que excedam os limites no art. 39, §4º.

**Considerações:** a sanção não tem qualquer efetividade, em virtude da revogação expressa do §4º por força da Lei nº 9.504, de 1997.

O **art. 37** dispõe que a desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de **devolução da importância** apontada como **irregular**, acrescida de **multa de até 20%** (vinte por cento).

**Considerações:** conquanto exista dupla penalização, devolução do montante considerado irregular e multa, as duas sanções devem ser mantidas com finalidade de desestimular a prática de irregularidades.

Por último o **art. 37-A** determina que a **falta de prestação de contas implicará a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário** enquanto perdurar a inadimplência, além de sujeitar os responsáveis às penas da lei.

**Considerações:** a referida suspensão deve ser mantida, com o objetivo de forçar a apresentação da prestação de contas. Estabelece a Constituição no art. 70, parágrafo único, um dever geral de prestação de contas que alcança quaisquer agentes que manejem recursos públicos. Assim, “prestará contas **qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada**, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária” (s.n.).

Veja que parcela significativa dos recursos manejados pelos partidos políticos são públicos e provenientes do Fundo Partidário, são legítimas

as medidas que visem forçar os beneficiários à necessária demonstração do seu emprego. E mesmo os recursos privados devem se submeter à demonstração da origem e do uso, considerando a condição especial dos partidos políticos.

#### **4.3. Sanções da Lei 9.504/1997, que estabelece normas para eleições**

As sanções pecuniárias mais gravosas da legislação brasileira, aptas a alcançar os partidos políticos, as coalizões partidárias e os seus candidatos, bem como pessoas físicas e jurídicas, estão previstas na Lei Eleitoral. Tal como na Lei dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.504, de 1997, também prevê a suspensão temporária do recebimento de quotas do Fundo Partidário, devolução de importâncias consideradas irregulares e aplicação de multas.

Vale lembrar que segundo os dados apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a inscrição em Dívida Ativa da União por conta de multas eleitorais de eleitores, pessoas jurídicas, partidos políticos e candidatos ultrapassaria o montante R\$760 milhões de reais.

Nos tópicos subsequentes examina-se separadamente cada um desses dispositivos legais. No primeiro momento, apresenta-se a conduta considerada ilegal e a pena cominada. Em seguida, apresentam-se considerações sobre a pertinência ou necessidade de revisão.

O **art. 18** dispõe que os limites de gastos de campanha, em cada eleição, são os definidos pelo TSE com base nos parâmetros legais; por sua vez, o **art. 18-B** estabelece que o descumprimento dos limites de gastos fixados acarretará multa de 100% (cem por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração de abuso do poder econômico.

**Considerações:** conquanto elevado o percentual fixado (100% da quantia excedente), a multa deve ser mantida com a finalidade de desestimular as condutas abusivas e diminuir a influência do poder econômico no processo eleitoral.

O **§ 1º do art. 23** estabelece que doações e contribuições de pessoas físicas ficam limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição. O **§ 3º** dispõe que a doação de

quantia acima dos limites fixados sujeita o **doador infrator** ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

**Considerações:** a multa é excessiva apesar de, nesse caso, não atingir o candidato ou o partido político, mas somente o doador. Na hipótese de doação de R\$10.000,00 (dez mil reais) acima do limite, por exemplo, a multa pode chegar a R\$100.000,00 (cem mil reais). É preciso considerar, ademais, que a multa aplicada ao doador não livra o candidato de responder por eventual abuso do poder econômico, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, e até mesmo à perda do registro ou cassação do diploma. Sendo assim, podem ser revistos os valores da penalidade se verificado o excesso na doação.

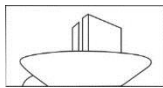
O **art. 25** dispõe que o partido que descumprir as normas sobre arrecadação e aplicação de recursos **perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte**, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico. Já o parágrafo único estabelece que a suspensão do repasse será aplicada pelo período de 1 (um) mês a 12 (doze) meses ou mediante desconto do valor a ser repassado, não podendo ser aplicada a sanção, caso a prestação de contas não seja julgada após 5 (cinco) anos de sua apresentação.

**Considerações:** conquanto justificada, a sanção cria embaraços ao funcionamento dos partidos políticos, diante das limitações da própria legislação e da jurisprudência à captação de recursos financeiros. Sendo assim, a sanção deve ser mantida com o objetivo de coibir abusos, mas com a redução do prazo de suspensão do acesso às quotas do Fundo Partidário para, no máximo, 6 (seis) meses.

O **§ 3º do art. 33** estabelece que a divulgação de pesquisa sem o prévio registro junto à Justiça Eleitoral sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR<sup>15</sup>. Já o **§ 4º** dispõe que a divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano, além de multa a ser aplicada também no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

---

<sup>15</sup> “[...] Conversão em reais dos valores fixados em Ufir. Possibilidade. [...] 3. A extinção da Ufir, como índice de correção monetária, acarretou a não-atualização dos valores em reais das multas previstas na legislação eleitoral. Possibilidade da conversão em moeda corrente. [...]” (Ac. nº 4491, de 18.8.2005, rel. Min. Luiz Carlos Madeira.)



**Considerações:** as multas são necessárias e devem ser mantidas, diante da gravidade das condutas e do potencial lesivo de divulgação de pesquisas sem o necessário rigor técnico ou mesmo fraudulentas.

O § 1º do art. 34 prevê que mediante requerimento à Justiça Eleitoral, os partidos tenham acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades que divulgaram pesquisas de opinião relativas às eleições. Por sua vez, o § 2º estabelece que o não-cumprimento do disposto no § 1º ou qualquer ato que vise a retardar, impedir ou dificultar a ação fiscalizadora dos partidos constitui crime, punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo prazo, e multa no valor de dez mil a vinte mil UFIR.

**Considerações:** conquanto cominada sem prejuízo de outra penalidade (detenção de 6 meses a 1 ano) a multa é necessária e deve ser mantida, diante da gravidade da conduta sancionada.

O art. 36 fixa prazo para o início da propaganda eleitoral, estabelecendo que a inobservância sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e o beneficiário, quando comprovado o seu prévio conhecimento, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ou ao equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.

**Considerações:** embora necessária a sanção, notadamente para conferir efetividade à norma, o valor máximo da multa poderá ser revisto.

O art. 37 estabelece que nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público ou a ele pertencentes, e nos bens de uso comum, é vedada a veiculação de propaganda, sujeitando o infrator, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

**Considerações:** a multa deve ser mantida, bem como os seus valores, pois somente será aplicada se houver descumprimento da ordem de restauração do bem. Ademais, o dispositivo estabelece valores mínimos e máximos, permitindo uma avaliação da gravidade da conduta e a aplicação do princípio da proporcionalidade.

O § 5º do art. 39 enumera diversas condutas que constituem crimes, se praticadas no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR. Por sua vez, o § 8º veda propaganda eleitoral mediante **outdoors**, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

**Considerações:** conquanto justificáveis e necessárias as multas cominadas, o valor máximo, nas duas hipóteses, pode ser revisto, sobretudo no caso do § 5º do art. 39, em que as condutas constituem fatos criminosos puníveis com detenção.

O art. 40 prevê que o uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista constitui crime, punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de dez mil a vinte mil UFIR.

**Considerações:** a conduta é grave e os valores devem ser mantidos, mesmo havendo cominação de outras penas.

O art. 41-A dispõe sobre as hipóteses de captação de sufrágio vedada (compra de votos), cominando as penas de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma.

**Considerações:** trata-se de situação que deve ser coibida, sendo adequada a multa fixada diante da gravidade da conduta.

O art. 43 dispõe sobre a divulgação paga, até a antevéspera das eleições, na imprensa escrita, e a reprodução na internet do jornal impresso, de anúncios de propaganda, estabelecendo limites cuja inobservância sujeita os veículos de divulgação e os partidos, coligações ou candidatos beneficiados a multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior.

**Considerações:** a multa e os valores devem ser mantidos em virtude da gravidade da conduta sancionada.

O **art. 45** enumera vedações às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário, uma vez encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições. Já o **§ 2º** estabelece que a inobservância sujeita a emissora ao pagamento de multa no valor de vinte mil a cem mil UFIR, duplicada em caso de reincidência.

**Considerações:** conquanto sejam elevados os valores, estes devem ser mantidos, considerando a gravidade das condutas apenadas e o elevado potencial de lesividade para a lisura do processo eleitoral.

O **art. 57-C** veda a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, vedando, igualmente, ainda que gratuita, a veiculação de propaganda eleitoral em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, ou sítios oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que a violação dessas disposições sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**Considerações:** as condutas sancionadas são graves, de modo que a multa e os valores devem ser mantidos.

O **art. 57-D** reafirma a liberdade de manifestação do pensamento e a vedação ao anonimato, durante a campanha eleitoral, por meio da rede mundial de computadores, assegurando direito de resposta e cominando multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**Considerações:** as condutas sancionadas são graves, de modo que a multa e os valores devem ser mantidos.

O **art. 57-E** veda às pessoas relacionadas no art. 24<sup>16</sup> a utilização, doação ou cessão de cadastro de clientes, em favor de candidatos,

---

<sup>16</sup> 16 I - entidade ou governo estrangeiro; II - órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público; III - concessionário ou permissionário de serviço

partidos ou coligações, além de proibir a venda de cadastro de endereços eletrônicos, sujeitando o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**Considerações:** as condutas sancionadas são graves, de modo que a multa e os valores devem ser mantidos.

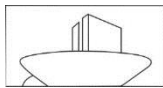
O **art. 57-G** dispõe sobre o envio de mensagens eletrônicas por candidato, partido ou coligação, por qualquer meio, as quais devem conter mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, ficando o remetente obrigado a providenciá-lo no prazo de quarenta e oito horas. Assim, as mensagens eletrônicas enviadas após o término desse prazo sujeitam os responsáveis ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por mensagem enviada.

**Considerações:** além da dificuldade de apuração da conduta, o valor individual fixado é excessivo, devendo ser revisto. Para se ter ideia do alcance da sanção, se forem enviadas mil mensagens, a multa chegará a R\$100.000,00 (cem mil reais).

Sem prejuízo de outras sanções, o **art. 57-H** prevê multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a quem realizar propaganda eleitoral na internet, atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro. O § 1º considera crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários ofensivos à honra de candidato, partido ou coligação, punível com detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O § 2º dispõe que incorrem em crime, também, punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, com alternativa de prestação de serviços à comunidade e multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), as pessoas contratadas na forma do § 1º.

---

público; IV - entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal; V - entidade de utilidade pública; VI - entidade de classe ou sindical; VII - pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior; VIII - entidades beneficentes e religiosas; IX - entidades esportivas; X - organizações não-governamentais que recebam recursos públicos; XI - organizações da sociedade civil de interesse público.



**Considerações:** a multa deve ser mantida, mas os valores podem ser revistos, considerando que todas as condutas sancionáveis com multa também são tipificadas como crime sujeito a detenção.

O **art. 58** dispõe sobre o direito de resposta nos meios de comunicação, estabelecendo **no § 3º, III, “f”** que, no horário eleitoral gratuito, se o ofendido for candidato, partido ou coligação e tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído tempo idêntico do programa eleitoral; tratando-se de terceiros, ficarão sujeitos à suspensão de igual tempo em novos pedidos de resposta e multa de duas mil a cinco mil UFIR.

**Considerações:** a multa deve ser mantida como tentativa de evitar o desvirtuamento dos objetivos do direito de resposta.

Por sua vez, o **§ 8º** do mesmo art. 58 dispõe que o não-cumprimento integral ou em parte da decisão que conceder a resposta sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR, duplicada em caso de reiteração de conduta, o disposto no art. 347 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral (detenção de três meses a um ano e pagamento de 10 a 20 dias-multa).

**Considerações:** a multa deve ser mantida em virtude da gravidade da conduta, mas os valores máximos podem ser revistos.

O **art. 68** dispõe sobre a entrega obrigatória do boletim de urna aos partidos e coligações concorrentes ao pleito cujos representantes o requeiram até uma hora após a expedição, sendo que o descumprimento constitui crime, punível com detenção, de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviço à comunidade, e multa no valor de um mil a cinco mil UFIR.

**Considerações:** tratando-se de conduta que também é tipificada como crime, punível com detenção, a multa pode ser dispensada.

O **art. 73** enumera condutas que, tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, são proibidas aos agentes públicos, sujeitando os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR, que poderá ser duplicada em caso de reincidência.

**Considerações:** o teto fixado é muito elevado e deve ser revisto, tanto mais porque as condutas vedadas também são puníveis com a cassação do registro ou do diploma. Ademais nos termos do § 7º, todas as condutas enumeradas no *caput* caracterizam atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III.

O **art. 76** dispõe sobre o ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral, que será de responsabilidade do partido político ou coligação. O descumprimento da obrigação sujeita os responsáveis à multa correspondente ao dobro das despesas, duplicada a cada reiteração de conduta.

**Considerações:** a multa deve ser mantida, vez que se trata de ressarcimento. Assim, já houve a utilização de um recurso público, cabendo ao beneficiário ressarcir, no prazo legal, os cofres de onde se originaram.

O **art. 87** estabelece normas sobre o acompanhamento da apuração pelos fiscais e delegados dos partidos e coligações e entrega de cópia dos boletins pelo presidente da mesa. O descumprimento das disposições deste artigo constitui crime, punível com detenção de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período e multa, no valor de um mil a cinco mil UFIR.

**Considerações:** a multa pode ser revogada, pois a conduta, sendo tipificada como crime, também é punível com detenção.

Por fim, o *caput* do **art. 91** dispõe que nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência seja recebido no prazo de 150 dias anteriores à eleição, enquanto o parágrafo único estabelece que a retenção de título eleitoral ou do comprovante de alistamento eleitoral constitui crime, punível com detenção, de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade por igual período, e multa no valor de cinco mil a dez mil UFIR.

**Considerações:** conquanto seja grave a conduta sancionada, a multa prevista pode ser revista, vez que o fato também foi tipificado como crime.

#### **4.4. Outras medidas além da revisão das sanções pecuniárias**

Conforme constataram integrantes desta Consultoria Legislativa, a Justiça Eleitoral não promove a consolidação dos dados, em nível nacional, do montante das dívidas dos partidos políticos, dos candidatos e até mesmo dos eleitores, decorrentes das diversas sanções pecuniárias aplicadas. O controle e a sistematização mais efetivos dizem respeito às contas nacionais e à utilização dos recursos do Fundo Partidário. Tal situação impede uma visão ampla do alcance das obrigações pecuniárias não adimplidas e dos fundamentos mais recorrentes de penalização.

Parece urgente, portanto, que a legislação eleitoral e partidária estabeleça a obrigatoriedade de consolidação anual dos dados relativos às obrigações adimplidas e não adimplidas, com especificação de valores e fundamentação legal, além da estratificação por grupos de responsáveis (partidos políticos e candidatos e outras pessoas físicas e jurídicas).

Tal medida assegurará o conhecimento da situação pelos próprios partidos, candidatos e filiados, e o domínio das informações pelos órgãos públicos, seja para o encaminhamento de medidas de aperfeiçoamento do sistema sancionatório, seja para o exercício do controle institucional. Por fim, a consolidação dos dados possibilitará o controle por parte da sociedade.

Ademais, tendo em vista a provável existência de um elevado montante de valores não inadimplidos e sendo certa a dificuldade de funcionamento e manutenção dos partidos políticos em face de problemas financeiros, deve-se acolher a sugestão do Ministro Henrique Neves, do TSE.

Assim, deve-se instituir, por lei, a possibilidade de refinanciamento das dívidas acumuladas até certa data (31 de dezembro de 2017, por exemplo), com redução de juros, da correção monetária ou mesmo da multa aplicada, bem como remissão dos valores irrisórios e cujos montantes sejam inferiores aos próprios custos da execução judicial.

## 5. RESUMO

---

O presente estudo examinou as sanções de multa e suspensão de acesso ao fundo partidário, partindo da premissa de que o fim das doações por pessoas jurídicas, nos termos da decisão proferida pelo STF na ADI nº 4.650, tenha reduzido significativamente as possibilidades de arrecadação de recursos pelas agremiações e candidatos.

Segundo os dados apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional<sup>17</sup>, em agosto de 2016, mais de 12 mil devedores, entre pessoas físicas e jurídicas, possuíam inscrição em Dívida Ativa da União, cujo montante, **somente das multas eleitorais**, ultrapassariam **R\$760 milhões de reais**, sendo provável que os números atuais sejam diferentes daquele valor, possivelmente maiores.

Apontou-se, todavia, que o fim das doações empresariais não constitui a causa única dos problemas financeiros dos partidos políticos. Somam-se à decisão do STF as dificuldades decorrentes do distanciamento entre os partidos, seus filiados e a sociedade civil, os recorrentes episódios de corrupção e a campanha para deslegitimar as agremiações partidárias, os quais operam no sentido de desencorajar as doações pelos cidadãos.

Ademais, há que se apontar a prodigalidade de sanções no Direito Eleitoral brasileiro, segundo o qual a inobservância da legislação sobre o financiamento dos partidos e campanhas eleitorais, bem como das normas destinadas a assegurar o exercício de direitos políticos, estão sujeitas a multas, a sanções administrativas, à redução ou suspensão de quotas do Fundo Partidário e à imposição de penas restritivas de liberdade e de direitos.

A propósito, quanto à prodigalidade de sanções, não é demasiado dizer que no ambiente anterior de verdadeira captura dos partidos políticos pelo poder econômico, não era difícil quitar as pesadas multas impostas, além do próprio financiamento das campanhas. Assim, com o desvelamento desse mecanismo e com o fim das doações de pessoas jurídicas, minguaram os recursos financeiros e cresceram as dificuldades de

---

<sup>17</sup> Disponível em: [http://www.pgfn.fazenda.gov.br/noticias\\_carrossel/multas-eleitorais-ultrapassam-r-760-milhoes/](http://www.pgfn.fazenda.gov.br/noticias_carrossel/multas-eleitorais-ultrapassam-r-760-milhoes/). Acesso em 7.8.2017.

funcionamento e organização de campanhas. Além do mais, é possível que tenham se avolumado as inadimplências perante a Justiça Eleitoral.

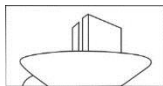
Conforme assinalado desde a apresentação, o estudo foi prejudicado pela inexistência de dados sistematizados em nível nacional, quanto às obrigações financeiras dos partidos políticos, candidatos e eleitores pendentes de quitação. Quando se iniciou o estudo, havia a expectativa de que o Tribunal Superior eleitoral consolidasse os dados nacionais a partir do fornecimento de informações de suas instâncias, de modo a demonstrar a extensão do problema e o tamanho do endividamento perante a Justiça Eleitoral.

Diante da inexistência de dados, o estudo concentrou-se no exame do sistema sancionatório, para indicar as penalidades pecuniárias que podem ser revogadas ou terem os seus valores reduzidos quando excessivos. Demais disso, foram feitas anotações sobre o tratamento dado pela legislação brasileira aos partidos políticos e sobre o financiamento das suas atividades, situando-se aqui o debate sobre a utilização de recursos públicos ou privados.

Além do exame do regime sancionatório e da indicação de medidas de aperfeiçoamento, o estudo também fez apontamentos, diante da lacuna constatada, quanto à necessidade de que a legislação eleitoral e partidária estabeleça a obrigatoriedade de consolidação anual dos dados, pela Justiça Eleitoral. É recomendável que a consolidação especifique os valores e a fundamentação legal, além de estratificar os grupos de responsáveis (partidos políticos e candidatos e outras pessoas físicas e jurídicas).

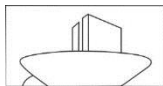
Por fim, sendo provável a existência de elevado montante de valores não inadimplidos e certa a dificuldade de funcionamento dos partidos políticos em virtude de problemas financeiros, sem prejuízo de outras medidas, deve-se acolher a sugestão do Ministro Henrique Neves, do TSE.

Sendo assim, parece conveniente instituir-se, por lei, a possibilidade de refinanciamento das dívidas acumuladas até certa data (31 de dezembro de 2017, por exemplo) e no prazo de até 60 (sessenta) meses. Tal como os refinanciamentos adotados pela administração tributária, podem-se reduzir juros, multas e correção monetária e até mesmo reemitir os valores irrisórios e cujos montantes sejam inferiores aos custos de cobrança.

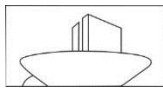


**6. ANEXO ÚNICO: QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PENALIDADES PECUNIÁRIAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E INDICAÇÃO SUSCINTA DAS MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO E ADEQUAÇÃO DO REGIME SANCIONATÓRIO**

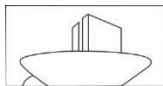
LEI 4.737/1965	OBSERVAÇÕES
<p>Art. 7º O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o salário-mínimo da região, imposta pelo juiz eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367. <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 1966)</u></p> <p>§ 1º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:</p> <p>I - inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles;</p> <p>II - receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público, autárquico ou para estatal, bem como fundações governamentais, empresas, institutos e sociedades de qualquer natureza, mantidas ou subvencionadas pelo governo ou que exerçam serviço público delegado, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;</p> <p>III - participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;</p> <p>IV - obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja</p>	<p>A multa deve ser mantida em linha de coerência com o alistamento eleitoral e o voto obrigatórios.</p>



<p>administração este participe, e com essas entidades celebrar contratos;</p> <p>V - obter passaporte ou carteira de identidade;</p> <p>VI - renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo;</p> <p>VII - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou imposto de renda.</p> <p>§ 2º Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos arts. 5º e 6º, nº 1, sem prova de estarem alistados não poderão praticar os atos relacionados no parágrafo anterior.</p> <p>§ 3º Realizado o alistamento eleitoral pelo processo eletrônico de dados, será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em 3 (três) eleições consecutivas, não pagar a multa ou não se justificar no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da última eleição a que deveria ter comparecido. <u>(Incluído pela Lei nº 7.663, de 1988)</u></p> <p>§ 4º O disposto no inciso V do § 1º não se aplica ao eleitor no exterior que requeira novo passaporte para identificação e retorno ao Brasil. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p>	
<p>Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de 3 (três) a 10 (dez) por cento sobre o valor do salário-mínimo da região, imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de selo federal inutilizado no próprio requerimento. <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 1966) (Vide Lei nº 5.337, 1967) (Vide Lei nº 5.780, de 1972) (Vide Lei nº 6.018, de 1974) (Vide Lei nº 7.373, de 1985)</u></p> <p>Parágrafo único. Não se aplicará a pena ao não alistado que requerer sua inscrição eleitoral até o centésimo primeiro dia anterior à eleição</p>	<p>A multa deve ser mantida em linha de coerência com o alistamento eleitoral e o voto obrigatórios.</p>



subsequente à data em que completar dezenove anos. <u>(Incluído pela Lei nº 9.041, de 1995)</u>	
Art. 9º Os responsáveis pela inobservância do disposto nos arts. 7º e 8º incorrerão na multa de 1 (um) a 3 (três) salários-mínimos vigentes na zona eleitoral ou de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.	Penalidades impostas aos serventuários da Justiça Eleitoral, sem repercussão nos partidos ou candidatos.
<p>Art. 45. O escrivão, o funcionário ou o preparador recebendo a fórmula e documentos determinará que o alistando date e assine a petição e em ato contínuo atestará terem sido a data e a assinatura lançados na sua presença; em seguida, tomará a assinatura do requerente na folha individual de votação" e nas duas vias do título eleitoral, dando recibo da petição e do documento.</p> <p>§ 1º O requerimento será submetido ao despacho do juiz nas 48 (quarenta e oito), horas seguintes.</p> <p>§ 2º Poderá o juiz se tiver dúvida quanto a identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento, converter o julgamento em diligência para que o alistando esclareça ou complete a prova ou, se for necessário, compareça pessoalmente à sua presença.</p> <p>§ 3º Se se tratar de qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz para isso prazo razoável.</p> <p>§ 4º Deferido o pedido, no prazo de cinco dias, o título e o documento que instruiu o pedido serão entregues pelo juiz, escrivão, funcionário ou preparador. A entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento, cancelando-se o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e à do recibo. <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 1966)</u> O recibo será obrigatoriamente anexado ao processo eleitoral, incorrendo o juiz que não o fizer na multa de</p>	<p>Ainda que raramente aplicada, a multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa do juízo e outros serventuários da Justiça Eleitoral.</p>



um a cinco salários-mínimos regionais na qual incorrerão ainda o escrivão, funcionário ou preparador, se responsáveis bem como qualquer deles, se entregarem ao eleitor o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição e do recibo ou o fizerem a pessoa não autorizada por escrito. (Redação dada pela Lei nº 4.961, de 1966)

§ 5º A restituição de qualquer documento não poderá ser feita antes de despachado o pedido de alistamento pelo juiz eleitoral.

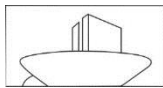
§ 6º Quinzenalmente o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, onde houver ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência, contando-se dessa publicação o prazo para os recursos a que se refere o parágrafo seguinte.

§ 7º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição caberá recurso interposto pelo alistando, e do que o deferir poderá recorrer qualquer delegado de partido.

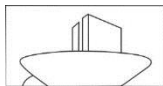
§ 8º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de 5 (cinco) dias.

§ 9º Findo esse prazo, sem que o alistando se manifeste, ou logo que seja desprovido o recurso em instância superior, o juiz inutilizará a folha individual de votação assinada pelo requerente, a qual ficará fazendo parte integrante do processo e não poderá, em qualquer tempo, se substituída, nem dele retirada, sob pena de incorrer o responsável nas sanções previstas no Art. 293.

§ 10. No caso de indeferimento do pedido, o Cartório devolverá ao requerente, mediante recibo, as fotografias e o documento com que houver instruído o seu requerimento.



<p>§ 11. O título eleitoral e a fôlha individual de votação sòmente serão assinados pelo juiz eleitoral depois de preenchidos pelo cartório e de deferido o pedido, sob as penas do artigo 293. <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 1966)</u></p> <p>§ 12. É obrigatória a remessa ao Tribunal Regional da ficha do eleitor, após a expedição do seu título. <u>(Incluído pela Lei nº 4.961, de 1966)</u></p>	
<p>Art. 124. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, em dia e hora determinados para a realização de eleição, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral até 30 (trinta) dias após, incorrerá na multa de 50% (cinquenta por cento) a 1 (um) salário-mínimo vigente na zona eleitoral cobrada mediante sêlo federal inutilizado no requerimento em que fôr solicitado o arbitramento ou através de executivo fiscal.</p> <p>§ 1º Se o arbitramento e pagamento da multa não fôr requerido pelo mesário faltoso, a multa será arbitrada e cobrada na forma prevista no artigo 367.</p> <p>§ 2º Se o faltoso fôr servidor público ou autárquico, a pena será de suspensão até 15 (quinze) dias.</p> <p>§ 3º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dôbro se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa dos faltosos.</p> <p>§ 4º Será também aplicada em dôbro observado o disposto nos §§ 1º e 2º, a pena ao membro da mesa que abandonar os trabalhos no decurso da votação sem justa causa apresentada ao juiz até 3 (três) dias após a ocorrência.</p>	<p>A multa deve ser mantida em linha de coerência com o dever imposto ao eleitor no sentido de atender à Justiça Eleitoral quando convocado para officiar no pleito.</p> <p>A multa deve ser mantida em linha de coerência com o dever imposto ao eleitor no sentido de atender à Justiça Eleitoral quando convocado para officiar no pleito.</p>
<p>Art. 146. Observar-se-á na votação o seguinte:</p> <p>I - o eleitor receberá, ao apresentar-se na seção, e antes de penetrar no recinto da mesa, uma senha numerada, que o secretário rubricará, no momento,</p>	



depois de verificar pela relação dos eleitores da seção, que o seu nome constada respectiva pasta;

II - no verso da senha o secretário anotará o número de ordem da folha individual da pasta, número esse que constará da relação enviada pelo cartório à mesa receptora;

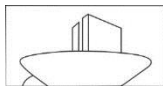
III - admitido a penetrar no recinto da mesa, segundo a ordem numérica das senhas, o eleitor apresentará ao presidente seu título, o qual poderá ser examinado por fiscal ou delegado de partido, entregando, no mesmo ato, a senha;

IV - pelo número anotado no verso da senha, o presidente, ou mesário, localizará a folha individual de votação, que será confrontada com o título e poderá também ser examinada por fiscal ou delegado de partido;

V - achando-se em ordem o título e a folha individual e não havendo dúvida sobre a identidade do eleitor, o presidente da mesa o convidará a lançar sua assinatura no verso da folha individual de votação; em seguida entregar-lhe-á a cédula única rubricada no ato pelo presidente e mesários e numerada de acordo com as Instruções do Tribunal Superior instruindo-o sobre a forma de dobrá-la, fazendo-o passar a cabina indevassável, cuja porta ou cortina será encerrada em seguida;

VI - o eleitor será admitido a votar, ainda que deixe de exibir no ato da votação o seu título, desde que seja inscrito na seção e conste da respectiva pasta a sua folha individual de votação; nesse caso, a prova de ter votado será feita mediante certidão que obterá posteriormente, no juízo competente;

VII - no caso da omissão da folha individual na respectiva pasta verificada no ato da votação, será o eleitor, ainda, admitido a votar, desde que exiba o seu título eleitoral e dêle conste que o portador é inscrito



na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomando em separado e colhida sua assinatura na fôlha de votação modelo 2 (dois). Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-á se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção;

VIII - verificada a ocorrência de que trata o número anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar os seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo, será aplicada ao responsável, na primeira hipótese, a multa de até 2 (dois) salários-mínimos, e, na segunda, a de suspensão até 30 (trinta) dias;

IX - na cabina indevassável, onde não poderá permanecer mais de um minuto, o eleitor indicará os candidatos de sua preferência e dobrará a cédula oficial, observadas as seguintes normas:

a) assinalando com uma cruz, ou de modo que torne expressa a sua intenção, o quadrilátero correspondente ao candidato majoritário de sua preferência;

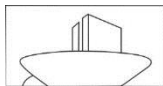
b) escrevendo o nome, o prenome, ou o número do candidato de sua preferência nas eleições proporcionais. (Redação dada pela Lei nº 7.434, de 19.12.1985)

c) escrevendo apenas a sigla do partido de sua preferência, se pretender votar só na legenda; (Revogado pela Lei nº 6.989, de 5.5.1982) (Vide restabelecimento Lei nº 7.332, de 1º.7.1985)

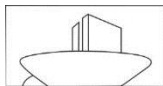
X - ao sair da cabina o eleitor depositará na urna a cédula;

XI - ao depositar a cédula na urna o eleitor deverá fazê-lo de maneira a mostrar a parte rubricada à mesa e aos fiscais de partido, para que verifiquem sem nela tocar, se não foi substituída;

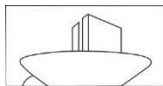
A multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa dos serventuários da Justiça Eleitoral.



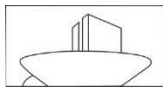
<p>XII - se a cédula oficial não fôr a mesmo, será o eleitor convidado a voltar à cabina indevassável e a trazer seu voto na cédula que recebeu; senão quiser tornar à cabina ser-lhe-á recusado a ocorrência na ata e ficando o eleitor retido pela mesa, e à sua disposição, até o término da votação ou a devolução da cédula oficial já rubricada e numerada;</p> <p>XIII - se o eleitor, ao receber a cédula ou ao recolher-se à cabia de votação, verificar que a cédula se acha estragada ou, de qualquer modo, viciada ou assinalada ou se êle próprio, por imprudência, imprevidência ou ignorância, a inutilizar, estragar ou assinalar erradamente, poderá pedir uma outra ao presidente da seção eleitoral, restituindo, porém, a primeira, a qual será imediatamente inutilizada à vista dos presentes e sem quebra do sigilo do que o eleitor haja nela assinalado;</p> <p>XIV - introduzida a sobrecarta na urna, o presidente da mesa devolverá o título ao eleitor, depois de datá-lo e assiná-lo; em seguida rubricará, no local próprio, a fôlha individual de votação.</p>	
<p>Art. 156. Até as 12 (doze) horas do dia seguinte à realização da eleição, o juiz eleitoral é obrigado, sob pena de responsabilidade e multa de 1 (um) a 2 (dois) salários-mínimos, a comunicar ao Tribunal Regional, e aos delegados de partido perante êle credenciados, o número de eleitores que votaram em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.</p> <p>§ 1º Se houver retardamento nas medidas referidas no Art. 154, o juiz eleitoral, assim que receba o ofício constante desse dispositivo, nº VII, fará a comunicação constante dêste artigo.</p> <p>§ 2º Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados de que o juiz eleitoral guardará</p>	<p>Embora dificilmente será aplicada, a multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa do juiz eleitoral.</p>



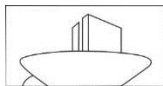
<p>cópia no arquivo da zona, acompanhada do recibo do Correio.</p> <p>§ 3º Qualquer candidato, delegado ou fiscal de partido poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao juiz eleitoral recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente.</p>	
<p>Art. 159. A apuração começará no dia seguinte ao das eleições e, salvo motivo justificado, deverá terminar dentro de 10 (dez) dias.</p> <p>§ 1º Iniciada a apuração, os trabalhos não serão interrompidos aos sábados, domingos e dias feriados, devendo a Junta funcionar das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, pelo menos.</p> <p>§ 2º Em caso de impossibilidade de observância do prazo previsto neste artigo, o fato deverá ser imediatamente justificado perante o Tribunal Regional, mencionando-se as horas ou dias necessários para o adiamento que não poderá exceder a cinco dias. <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p> <p>§ 3º Esgotado o prazo e a prorrogação estipulada neste artigo ou não tendo havido em tempo hábil o pedido de prorrogação, a respectiva Junta Eleitoral perde a competência para prosseguir na apuração devendo o seu presidente remeter, imediatamente ao Tribunal Regional, todo o material relativo à votação. <u>(Incluído pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p> <p>§ 4º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, competirá ao Tribunal Regional fazer a apuração. <u>(Incluído pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p> <p>§ 5º Os membros da Junta Eleitoral responsáveis pela inobservância injustificada dos prazos fixados neste artigo estarão sujeitos à multa de dois a dez salários-mínimos, aplicada pelo Tribunal Regional. <u>(Incluído pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p>	<p>A multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa dos serventuários da Justiça Eleitoral.</p>



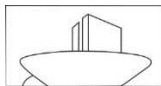
<p>Art. 164. É vedado às Juntas Eleitorais a divulgação, por qualquer meio, de expressões, frases ou desenhos estranhos ao pleito, apostos ou contidos nas cédulas.</p> <p>§ 1º Aos membros, escrutinadores e auxiliares das Juntas que infringirem o disposto neste artigo será aplicada a multa de 1 (um) a 2 (dois) salários-mínimos vigentes na Zona Eleitoral, cobrados através de executivo fiscal ou da inutilização de selos federais no processo em que fôr arbitrada a multa.</p> <p>§ 2º Será considerada dívida líquida e certa, para efeito de cobrança, a que fôr arbitrada pelo Tribunal Regional e inscrita em livro próprio na Secretaria desse órgão.</p>	<p>A multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa dos serventuários da Justiça Eleitoral.</p>
<p>Art. 184. Terminada a apuração, a Junta remeterá ao Tribunal Regional no prazo de vinte e quatro horas, todos os papéis eleitorais referentes às eleições estaduais ou federais, acompanhados dos documentos referentes à apuração, juntamente com a ata geral dos seus trabalhos, na qual serão consignadas as votações apuradas para cada legenda e candidato e os votos não apurados com a declaração dos motivos porque o não foram.</p> <p><u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p> <p>§ 1º Essa remessa será feita em invólucros fechado, lacrado e rubricado pelos membros da Junta, delegados e fiscais de Partido, por via postal ou sob protocolo, conforme fôr mais rápida e segura a chegada ao destino. <u>(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p> <p>§ 2º Se a remessa dos papéis eleitorais de que trata este artigo não se verificar no prazo nele estabelecido os membros da Junta estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento. <u>(Incluído pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p>	<p>A multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa dos serventuários da Justiça Eleitoral.</p>



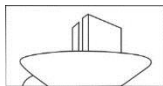
<p>§ 3º Decorridos quinze dias sem que o Tribunal Regional tenha recebido os papéis referidos neste artigo ou comunicação de sua expedição, determinará ao Corregedor Regional ou Juiz Eleitoral mais próximo que os faça apreender e enviar imediatamente, transferindo-se para o Tribunal Regional a competência para decidir sobre os mesmos. <u>(Incluído pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p>	
<p>Art. 198. A apuração pelo Tribunal Regional começará no dia seguinte ao em que receber os primeiros resultados parciais das Juntas e prosseguirá sem interrupção, inclusive nos sábados, domingos e feriados, de acordo com o horário previamente publicado, devendo terminar 30 (trinta) dias depois da eleição.</p> <p><del>Parágrafo único. Ocorrendo motivos relevantes expostos com a necessária antecedência, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação desse prazo.</del></p> <p>§ 1º Ocorrendo motivos relevantes, expostos com a necessária antecedência, o Tribunal Superior poderá conceder prorrogação desse prazo, uma só vez e por quinze dias. <u>(Renumerado do parágrafo único e alterado pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p> <p>§ 2º Se o Tribunal Regional não terminar a apuração no prazo legal, seus membros estarão sujeitos à multa correspondente à metade do salário-mínimo regional por dia de retardamento.</p>	<p>A multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa dos juízes.</p>
<p>Art. 267. Recebida a petição, mandará o juiz intimar o recorrido para ciência do recurso, abrindo-se-lhe vista dos autos a fim de, em prazo igual ao estabelecido para a sua interposição, oferecer razões, acompanhadas ou não de novos documentos.</p> <p>§ 1º A intimação se fará pela publicação da notícia da vista no jornal que publicar o expediente da Justiça Eleitoral, onde houver, e nos demais lugares,</p>	



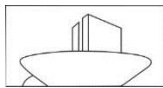
<p>pessoalmente pelo escrivão, independente de iniciativa do recorrente.</p> <p>§ 2º Onde houver jornal oficial, se a publicação não ocorrer no prazo de 3 (três) dias, a intimação se fará pessoalmente ou na forma prevista no parágrafo seguinte.</p> <p>§ 3º Nas zonas em que se fizer intimação pessoal, se não fôr encontrado o recorrido dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a intimação se fará por edital afixado no fórum, no local de costume.</p> <p>§ 4º Todas as citações e intimações serão feitas na forma estabelecida neste artigo.</p> <p>§ 5º Se o recorrido juntar novos documentos, terá o recorrente vista dos autos por 48 (quarenta e oito) horas para falar sôbre os mesmos, contado o prazo na forma dêste artigo.</p> <p>§ 6º Findos os prazos a que se referem os parágrafos anteriores, o juiz eleitoral fará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, subir os autos ao Tribunal Regional com a sua resposta e os documentos em que se fundar, sujeito à multa de dez por cento do salário-mínimo regional por dia de retardamento, salvo se entender de reformar a sua decisão. <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u></p> <p>§ 7º Se o juiz reformar a decisão recorrida, poderá o recorrido, dentro de 3 (três) dias, requerer suba o recurso como se por êle interposto.</p>	<p>A multa deve ser mantida para prevenir conduta desidiosa dos serventuários da Justiça Eleitoral.</p>
<p>Art. 275. São admissíveis embargos de declaração nas hipóteses previstas no <u>Código de Processo Civil</u>. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>§ 1º Os embargos de declaração serão opostos no prazo de 3 (três) dias, contado da data de publicação da decisão embargada, em petição dirigida ao juiz ou relator, com a indicação do ponto que lhes deu causa.</p>	



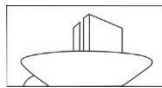
<p><u>(Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>§ 2º Os embargos de declaração não estão sujeitos a preparo. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>§ 3º O juiz julgará os embargos em 5 (cinco) dias. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>§ 4º Nos tribunais: <u>(Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>I - o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subsequente, proferindo voto; <u>(Incluído pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>II - não havendo julgamento na sessão referida no inciso I, será o recurso incluído em pauta; <u>(Incluído pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>III - vencido o relator, outro será designado para lavrar o acórdão. <u>(Incluído pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>§ 5º Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso. <u>(Incluído pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>§ 6º Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a 2 (dois) salários-mínimos. <u>(Incluído pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p> <p>§ 7º Na reiteração de embargos de declaração manifestamente protelatórios, a multa será elevada a até 10 (dez) salários-mínimos. <u>(Incluído pela Lei nº 13.105, de 2015)</u> <u>(Vigência)</u></p>	
<p>Art. 279. Denegado o recurso especial, o recorrente poderá interpor, dentro em 3 (três) dias, agravo de instrumento.</p>	<p>A multa tem correspondente em outros ramos do direito processual, como forma de efetivar o princípio da razoável duração do processo e prevenir o abuso recursal. Deve ser mantida.</p>



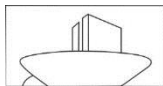
<p>§ 1º O agravo de instrumento será interposto por petição que conterá:</p> <p>I - a exposição do fato e do direito;</p> <p>II - as razões do pedido de reforma da decisão;</p> <p>III - a indicação das peças do processo que devem ser trasladadas.</p> <p>§ 2º Serão obrigatoriamente trasladadas a decisão recorrida e a certidão da intimação.</p> <p>§ 3º Deferida a formação do agravo, será intimado o recorrido para, no prazo de 3 (três) dias, apresentar as suas razões e indicar as peças dos autos que serão também trasladadas.</p> <p>§ 4º Concluída a formação do instrumento o presidente do Tribunal determinará a remessa dos autos ao Tribunal Superior, podendo, ainda, ordenar a extração e a juntada de peças não indicadas pelas partes.</p> <p>§ 5º O presidente do Tribunal não poderá negar seguimento ao agravo, ainda que interposto fora do prazo legal.</p> <p>§ 6º Se o agravo de instrumento não fôr conhecido, porque interposto fora do prazo legal, o Tribunal Superior imporá ao recorrente multa correspondente a valor do maior salário-mínimo vigente no país, multa essa que será inscrita e cobrada na forma prevista no art. 367.</p> <p>§ 7º Se o Tribunal Regional dispuser de aparelhamento próprio, o instrumento deverá ser formado com fotocópias ou processos semelhantes, pagas as despesas, pelo preço do custo, pelas partes, em relação às peças que indicarem.</p>	<p>A multa possui correspondente em outros ramos do direito processual, como forma de efetivar o princípio da razoável duração do processo e prevenir o abuso recursal. Deve ser mantida.</p>
<p>Art. 282. Denegado recurso, o recorrente poderá interpor, dentro de 3 (três) dias, agravo de instrumento, observado o disposto no Art. 279 e seus</p>	<p>A multa possui correspondente em outros ramos do direito processual, como forma de efetivar o princípio da</p>



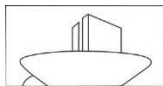
parágrafos, aplicada a multa a que se refere o § 6º pelo Supremo Tribunal Federal.	razoável duração do processo e prevenir o abuso recursal. Deve ser mantida.
<p>Art. 286. A pena de multa consiste no pagamento ao Tesouro Nacional, de uma soma de dinheiro, que é fixada em dias-multa. Seu montante é, no mínimo, 1 (um) dia-multa e, no máximo, 300 (trezentos) dias-multa.</p> <p>§ 1º O montante do dia-multa é fixado segundo o prudente arbítrio do juiz, devendo este ter em conta as condições pessoais e econômicas do condenado, mas não pode ser inferior ao salário-mínimo diário da região, nem superior ao valor de um salário-mínimo mensal.</p> <p>§ 2º A multa pode ser aumentada até o triplo, embora não possa exceder o máximo genérico <i>caput</i>, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do condenado, é ineficaz a cominada, ainda que no máximo, ao crime de que se trate.</p>	O artigo é explicativo. Define como será calculada a pena baseada em dia-multa. Deve ser mantido.
<p>Art. 289. Inscrever-se fraudulentamente eleitor:</p> <p>Pena - Reclusão até cinco anos e pagamento de cinco a 15 dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 290 Induzir alguém a se inscrever eleitor com infração de qualquer dispositivo deste Código.</p> <p>Pena - Reclusão até 2 anos e pagamento de 15 a 30 dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 291. Efetuar o juiz, fraudulentamente, a inscrição de alistando.</p> <p>Pena - Reclusão até 5 anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 292. Negar ou retardar a autoridade judiciária, sem fundamento legal, a inscrição requerida:</p> <p>Pena - Pagamento de 30 a 60 dias-multa.</p>	<p>A conduta não é apenada com detenção ou reclusão. Assim, a multa deve ser mantida.</p>



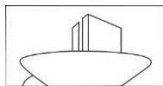
<p>Art. 293. Perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento</p> <p>Pena - Detenção de 15 dias a seis meses ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.</p>	<p>A pena pecuniária é alternativa, detenção <b>ou</b> multa.</p>
<p>Art. 295. Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor:</p> <p>Pena - Detenção até dois meses ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.</p>	<p>A pena pecuniária é alternativa, detenção <b>ou</b> multa.</p>
<p>Art. 296. Promover desordem que prejudique os trabalhos eleitorais;</p> <p>Pena - Detenção até dois meses e pagamento de 60 a 90 dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 297. Impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio:</p> <p>Pena - Detenção até seis meses e pagamento de 60 a 100 dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 298. Prender ou deter eleitor, membro de mesa receptora, fiscal, delegado de partido ou candidato, com violação do disposto no Art. 236:</p> <p>Pena - Reclusão até quatro anos.</p>	<p>Não há pena pecuniária.</p>
<p>Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita:</p> <p>Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão. A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 300. Valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido:</p> <p>Pena - detenção até seis meses e pagamento de 60 a 100 dias-multa.</p> <p>Parágrafo único. Se o agente é membro ou funcionário da Justiça Eleitoral e comete o crime prevalecendo-se do cargo a pena é agravada.</p>	<p>A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.</p>



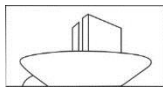
<p>Art. 301. Usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido, ainda que os fins visados não sejam conseguidos:</p> <p>Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 302. Promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do voto a concentração de eleitores, sob qualquer forma, inclusive o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo: <u>(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.064, de 24.10.1969)</u></p> <p>Pena - reclusão de quatro (4) a seis (6) anos e pagamento de 200 a 300 dias-multa. <u>(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.064, de 24.10.1969)</u></p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 303. Majorar os preços de utilidades e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, impressão, publicidade e divulgação de matéria eleitoral.</p> <p>Pena - pagamento de 250 a 300 dias-multa.</p>	<p>Não há penalidade de detenção ou reclusão para a conduta. A multa deve ser mantida.</p>
<p>Art. 304. Ocultar, sonegar açambarcar ou recusar no dia da eleição o fornecimento, normalmente a todos, de utilidades, alimentação e meios de transporte, ou conceder exclusividade dos mesmos a determinado partido ou candidato:</p> <p>Pena - pagamento de 250 a 300 dias-multa.</p>	<p>Não há penalidade de detenção ou reclusão para a conduta. A multa deve ser mantida.</p>
<p>Art. 305. Intervir autoridade estranha à mesa receptora, salvo o juiz eleitoral, no seu funcionamento sob qualquer pretexto:</p> <p>Pena - detenção até seis meses e pagamento de 60 a 90 dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com detenção.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 306. Não observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar:</p> <p>Pena - pagamento de 15 a 30 dias-multa.</p>	<p>Não há penalidade de detenção ou reclusão para a conduta. A multa deve ser mantida.</p>



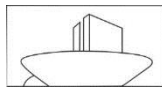
Art. 307. Fornecer ao eleitor cédula oficial já assinalada ou por qualquer forma marcada: Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa	A conduta é apenada com reclusão. A multa é dispensável.
Art. 308. Rubricar e fornecer a cédula oficial em outra oportunidade que não a de entrega da mesma ao eleitor. Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 60 a 90 dias-multa.	A conduta é apenada com reclusão. A multa é dispensável.
Art. 309. Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem: Pena - reclusão até três anos.	Não há penalidade pecuniária, somente reclusão até três anos.
Art. 310. Praticar, ou permitir membro da mesa receptora que seja praticada, qualquer irregularidade que determine a anulação de votação, salvo no caso do Art. 311: Pena - detenção até seis meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 311. Votar em seção eleitoral em que não está inscrito, salvo nos casos expressamente previstos, e permitir, o presidente da mesa receptora, que o voto seja admitido: Pena - detenção até um mês ou pagamento de 5 a 15 dias-multa para o eleitor e de 20 a 30 dias-multa para o presidente da mesa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 312. Violar ou tentar violar o sigilo do voto: Pena - detenção até dois anos.	Não há penalidade pecuniária.
Art. 313. Deixar o juiz e os membros da Junta de expedir o boletim de apuração imediatamente após a apuração de cada urna e antes de passar à subsequente, sob qualquer pretexto e ainda que dispensada a expedição pelos fiscais, delegados ou candidatos presentes: Pena - pagamento de 90 a 120 dias-multa.	Não há penalidade de detenção ou reclusão para a conduta. A multa deve ser mantida.



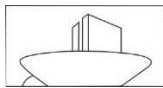
Parágrafo único. Nas seções eleitorais em que a contagem fôr procedida pela mesa receptora incorrerão na mesma pena o presidente e os mesários que não expedirem imediatamente o respectivo boletim.	
<p>Art. 314. Deixar o juiz e os membros da Junta de recolher as cédulas apuradas na respectiva urna, fechá-la e lacrá-la, assim que terminar a apuração de cada seção e antes de passar à subsequente, sob qualquer pretexto e ainda que dispensada a providencia pelos fiscais, delegados ou candidatos presentes:</p> <p>Pena - detenção até dois meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.</p> <p>Parágrafo único. Nas seções eleitorais em que a contagem dos votos fôr procedida pela mesa receptora incorrerão na mesma pena o presidente e os mesários que não fecharem e lacrarem a urna após a contagem.</p>	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
<p>Art. 315. Alterar nos mapas ou nos boletins de apuração a votação obtida por qualquer candidato ou lançar nesses documentos votação que não corresponda às cédulas apuradas:</p> <p>Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.</p>	A conduta é apenada com reclusão. A multa é dispensável.
<p>Art. 316. Não receber ou não mencionar nas atas da eleição ou da apuração os protestos devidamente formulados ou deixar de remetê-los à instância superior:</p> <p>Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.</p>	A conduta é apenada com reclusão. A multa é dispensável.
Art. 318. Efetuar a mesa receptora a contagem dos votos da urna quando qualquer eleitor houver votado sob impugnação (art. 190):	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.



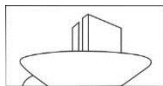
Pena - detenção até um mês ou pagamento de 30 a 60 dias-multa	
Art. 319. Subscrever o eleitor mais de uma ficha de registro de um ou mais partidos: Pena - detenção até 1 mês ou pagamento de 10 a 30 dias-multa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 320. Inscrever-se o eleitor, simultaneamente, em dois ou mais partidos: Pena - pagamento de 10 a 20 dias-multa.	Não há penalidade de detenção ou reclusão. A multa deve ser mantida.
Art. 321. Colher a assinatura do eleitor em mais de uma ficha de registro de partido: Pena - detenção até dois meses ou pagamento de 20 a 40 dias-multa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 323. Divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado: Pena - detenção de dois meses a um ano, ou pagamento de 120 a 150 dias-multa. Parágrafo único. A pena é agravada se o crime é cometido pela imprensa, rádio ou televisão.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 324. Caluniar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção de seis meses a dois anos, e pagamento de 10 a 40 dias-multa. § 1º Nas mesmas penas incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga. § 2º A prova da verdade do fato imputado exclui o crime, mas não é admitida: I - se, constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido, não foi condenado por sentença irrecorrível; II - se o fato é imputado ao Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;	A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.



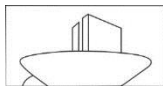
III - se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.	
<p>Art. 325. Difamar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:</p> <p>Pena - detenção de três meses a um ano, e pagamento de 5 a 30 dias-multa.</p> <p>Parágrafo único. A exceção da verdade somente se admite se ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.</p>	<p>A conduta é apenada com detenção.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 326. Injuriar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro:</p> <p>Pena - detenção até seis meses, ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.</p> <p>§ 1º O juiz pode deixar de aplicar a pena:</p> <p>I - se o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;</p> <p>II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.</p> <p>§ 2º Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou meio empregado, se considerem aviltantes:</p> <p>Pena - detenção de três meses a um ano e pagamento de 5 a 20 dias-multa, além das penas correspondentes à violência prevista no Código Penal.</p>	<p>A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.</p> <p>A conduta é apenada com detenção.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 327. As penas cominadas nos artigos. 324, 325 e 326, aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:</p> <p>I - contra o Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro;</p> <p>II - contra funcionário público, em razão de suas funções;</p> <p>III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da ofensa.</p>	<p>O dispositivo define as hipóteses de aumento da pena cominada.</p>



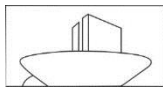
Art. 331. Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado: Pena - detenção até seis meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 332. Impedir o exercício de propaganda: Pena - detenção até seis meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa.	A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.
Art. 334. Utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores: Pena - detenção de seis meses a um ano e cassação do registro se o responsável fôr candidato.	A conduta é apenada com detenção e, sendo candidato, com a cassação do registro. A multa é dispensável.
Art. 335. Fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira: Pena - detenção de três a seis meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa. Parágrafo único. Além da pena cominada, a infração ao presente artigo importa na apreensão e perda do material utilizado na propaganda.	A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.
Art. 336. Na sentença que julgar ação penal pela infração de qualquer dos artigos. 322, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 331, 332, 333, 334 e 335, deve o juiz verificar, de acôrdo com o seu livre convencionamento, se diretório local do partido, por qualquer dos seus membros, concorreu para a prática de delito, ou dela se beneficiou conscientemente. Parágrafo único. Nesse caso, imporá o juiz ao diretório responsável pena de suspensão de sua atividade eleitoral por prazo de 6 a 12 meses, agravada até o dôbro nas reincidências.	Salvo melhor juízo, a medida é inconstitucional.
Art. 337. Participar, o estrangeiro ou brasileiro que não estiver no gôzo dos seus direitos políticos, de	A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável. Ademais, a proibição de participar de comício e



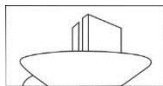
<p>atividades partidárias inclusive comícios e atos de propaganda em recintos fechados ou abertos:</p> <p>Pena - detenção até seis meses e pagamento de 90 a 120 dias-multa.</p> <p>Parágrafo único. Na mesma pena incorrerá o responsável pelas emissoras de rádio ou televisão que autorizar transmissões de que participem os mencionados neste artigo, bem como o diretor de jornal que lhes divulgar os pronunciamentos.</p>	<p>atos de propaganda é inconstitucional.</p>
<p>Art. 338. Não assegurar o funcionário postal a prioridade prevista no Art. 239:</p> <p>Pena - Pagamento de 30 a 60 dias-multa.</p>	<p>Não há penalidade de detenção ou reclusão para a conduta. A multa deve ser mantida.</p>
<p>Art. 339 - Destruir, suprimir ou ocultar urna contendo votos, ou documentos relativos à eleição:</p> <p>Pena - reclusão de dois a seis anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.</p> <p>Parágrafo único. Se o agente é membro ou funcionário da Justiça Eleitoral e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão. A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 340. Fabricar, mandar fabricar, adquirir, fornecer, ainda que gratuitamente, subtrair ou guardar urnas, objetos, mapas, cédulas ou papéis de uso exclusivo da Justiça Eleitoral:</p> <p>Pena - reclusão até três anos e pagamento de 3 a 15 dias-multa.</p> <p>Parágrafo único. Se o agente é membro ou funcionário da Justiça Eleitoral e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão. A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 341. Retardar a publicação ou não publicar, o diretor ou qualquer outro funcionário de órgão oficial federal, estadual, ou municipal, as decisões, citações ou intimações da Justiça Eleitoral:</p> <p>Pena - detenção até um mês ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.</p>	<p>A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.</p>



Art. 342. Não apresentar o órgão do Ministério Público, no prazo legal, denúncia ou deixar de promover a execução de sentença condenatória. Pena - detenção até dois meses ou pagamento de 60 a 90 dias-multa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 343. Não cumprir o juiz o disposto no § 3º do Art. 357: Pena - detenção até dois meses ou pagamento de 60 a 90 dias-multa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 344. Recusar ou abandonar o serviço eleitoral sem justa causa: Pena - detenção até dois meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.	A pena pecuniária é alternativa. Pode ser mantida.
Art. 345. Não cumprir a autoridade judiciária, ou qualquer funcionário dos órgãos da Justiça Eleitoral, nos prazos legais, os deveres impostos por este Código, se a infração não estiver sujeita a outra penalidade: <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u> Pena - pagamento de trinta a noventa dias-multa. <u>(Redação dada pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)</u>	Não há penalidade de detenção ou reclusão para a conduta. A multa deve ser mantida.
Art. 346. Violar o disposto no Art. 377: Pena - detenção até seis meses e pagamento de 30 a 60 dias-multa. Parágrafo único. Incurrerão na pena, além da autoridade responsável, os servidores que prestarem serviços e os candidatos, membros ou diretores de partido que derem causa à infração.	A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.
Art. 347. Recusar alguém cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral ou opor embaraços à sua execução: Pena - detenção de três meses a um ano e pagamento de 10 a 20 dias-multa.	A conduta é apenada com detenção. A multa é dispensável.



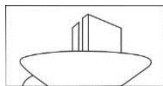
<p>Art. 348. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro, para fins eleitorais:</p> <p>Pena - reclusão de dois a seis anos e pagamento de 15 a 30 dias-multa.</p> <p>§ 1º Se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é agravada.</p> <p>§ 2º Para os efeitos penais, equipara-se a documento público o emanado de entidade paraestatal inclusive Fundação do Estado.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 349. Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, para fins eleitorais:</p> <p>Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa.</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 350. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais:</p> <p>Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público, e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.</p> <p>Parágrafo único. [...]</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>
<p>Art. 351. Equipara-se a documento (348,349 e 350) para os efeitos penais, a fotografia, o filme cinematográfico, o disco fonográfico ou fita de ditafone a que se incorpore declaração ou imagem destinada à prova de fato juridicamente relevante.</p>	<p>Não há penalidade. Serve de referência para outros artigos e penalidades cominadas.</p>
<p>Art. 352. Reconhecer, como verdadeira, no exercício da função pública, firma ou letra que o não seja, para fins eleitorais:</p> <p>Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa se o documento é público, e reclusão</p>	<p>A conduta é apenada com reclusão.</p> <p>A multa é dispensável.</p>



até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.	
Art. 353. Fazer uso de qualquer dos documentos falsificados ou alterados, a que se referem os artigos. 348 a 352: Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.	A conduta é apenada com reclusão (ver arts.349 e 35). A multa é dispensável.
Art. 354. Obter, para uso próprio ou de outrem, documento público ou particular, material ou ideologicamente falso para fins eleitorais: Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.	A conduta é apenada com reclusão (ver arts.349 e 35). A multa é dispensável.

<b>LEI COMPLEMENTAR 64, DE 1990</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Art. 25. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé: Pena: detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) e, no caso de sua extinção, de título público que o substitua.	A penalidade pecuniária pode ser revogada, pois a conduta constitui crime passível de detenção.

<b>LEI 9.096, DE 1995</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Art. 36. Constatada a violação de normas legais ou estatutárias, ficará o partido sujeito às seguintes sanções: I - no caso de recursos de origem não mencionada ou esclarecida, fica suspenso o recebimento das quotas do fundo partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral;	A penalidade deve ser mantida com o objetivo de dar transparência aos procedimentos de arrecadação de recursos.



<p>II - no caso de recebimento de recursos mencionados no art. 31<sup>18</sup>, fica suspensa a participação no fundo partidário por um ano;</p> <p>III - no caso de recebimento de doações cujo valor ultrapasse os limites previstos no art. 39, § 4<sup>o19</sup>, fica suspensa por dois anos a participação no fundo partidário e será aplicada ao partido multa correspondente ao valor que exceder aos limites fixados.</p>	<p>A penalidade deve ser mantida com o objetivo de dar transparência aos procedimentos de arrecadação de recursos e para conferir efetividade à norma que veda a captação de recursos de determinadas fontes.</p> <p>A sanção estabelecida no inciso III do art. 36 não tem efetividade, em virtude da revogação do § 4<sup>o</sup> do art. 39.</p>
<p>Art. 37. A desaprovação das contas do partido implicará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento). <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 1<sup>o</sup>. A Justiça Eleitoral pode determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos. <u>(Parágrafo renumerado pela Lei nº 9.693, de 1998)</u></p> <p>§ 2<sup>o</sup> A sanção a que se refere o <b>caput</b> será aplicada exclusivamente à esfera partidária responsável pela</p>	<p>Apesar da dupla penalidade - devolução do montante irregular e multa – as duas sanções devem ser mantidas com o objetivo de desestimular a prática de irregularidades.</p>

<sup>18</sup> Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

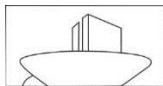
I - entidade ou governo estrangeiros;

II - autoridade ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas no art. 38;

III - autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais;

IV - entidade de classe ou sindical.

<sup>19</sup> Revogado



irregularidade, não suspendendo o registro ou a anotação de seus órgãos de direção partidária nem tornando devedores ou inadimplentes os respectivos responsáveis partidários. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 3º A sanção a que se refere o **caput** deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de um a doze meses, e o pagamento deverá ser feito por meio de desconto nos futuros repasses de cotas do Fundo Partidário, desde que a prestação de contas seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, em até cinco anos de sua apresentação. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 4º Da decisão que desaprovar total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para os Tribunais Regionais Eleitorais ou para o Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, o qual deverá ser recebido com efeito suspensivo. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

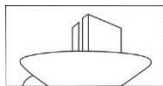
§ 5º As prestações de contas desaprovadas pelos Tribunais Regionais e pelo Tribunal Superior poderão ser revistas para fins de aplicação proporcional da sanção aplicada, mediante requerimento ofertado nos autos da prestação de contas. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 6º O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

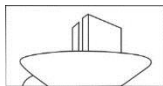
§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 8º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 9º O desconto no repasse de cotas resultante da aplicação da sanção a que se refere o **caput** será suspenso durante o segundo semestre do ano em que se realizarem as eleições. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

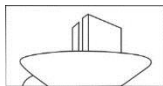


<p>§ 10. Os gastos com passagens aéreas serão comprovados mediante apresentação de fatura ou duplicata emitida por agência de viagem, quando for o caso, desde que informados os beneficiários, as datas e os itinerários, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro documento para esse fim. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 11. Os órgãos partidários poderão apresentar documentos hábeis para esclarecer questionamentos da Justiça Eleitoral ou para sanear irregularidades a qualquer tempo, enquanto não transitada em julgado a decisão que julgar a prestação de contas. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 12. Erros formais ou materiais que no conjunto da prestação de contas não comprometam o conhecimento da origem das receitas e a destinação das despesas não acarretarão a desaprovação das contas. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 13. A responsabilização pessoal civil e criminal dos dirigentes partidários decorrente da desaprovação das contas partidárias e de atos ilícitos atribuídos ao partido político somente ocorrerá se verificada irregularidade grave e insanável resultante de conduta dolosa que importe enriquecimento ilícito e lesão ao patrimônio do partido. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 14. O instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política não será atingido pela sanção aplicada ao partido político em caso de desaprovação de suas contas, exceto se tiver diretamente dado causa à reprovação. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p>	
<p>Art. 37-A. A falta de prestação de contas implicará a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário enquanto perdurar a inadimplência e sujeitará os</p>	<p>A suspensão deverá ser mantida, com o objetivo de forçar a apresentação da prestação de contas.</p>



responsáveis às penas da lei. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u>	
---	--

LEI 9.504, DE 1997	OBSERVAÇÕES
<p>Art. 18. Os limites de gastos de campanha, em cada eleição, são os definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral com base nos parâmetros definidos em lei. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 1º (Revogado). <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 2º (Revogado). <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>Art. 18-B. O descumprimento dos limites de gastos fixados para cada campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p>	<p>Conquanto elevado o percentual (100%), a multa deve ser mantida com a finalidade de desestimular o abuso do poder econômico.</p>
<p>Art. 23. Pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta Lei. <u>(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas a 10% (dez por cento) dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>I - (revogado); <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>II - (revogado). <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p>	



§ 1º-A O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o limite de gastos estabelecido nesta Lei para o cargo ao qual concorre. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 2º As doações estimáveis em dinheiro a candidato específico, comitê ou partido deverão ser feitas mediante recibo, assinado pelo doador, exceto na hipótese prevista no § 6º do art. 28. (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

§ 4º As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22 desta Lei por meio de: (Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006)

I - cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos; (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

II - depósitos em espécie devidamente identificados até o limite fixado no inciso I do § 1º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

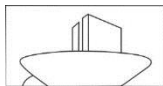
III - mecanismo disponível em sítio do candidato, partido ou coligação na internet, permitindo inclusive o uso de cartão de crédito, e que deverá atender aos seguintes requisitos: (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

a) identificação do doador; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

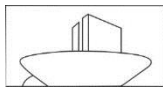
b) emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º Ficam vedadas quaisquer doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a

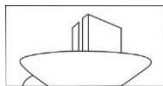
A multa é excessiva. Na hipótese de doação de R\$10.000,00 acima do limite, a multa poderá chegar a R\$100.000,00.



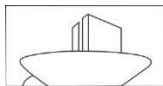
<p>eleição, a pessoas físicas ou jurídicas. <u>(Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)</u></p> <p>§ 6º Na hipótese de doações realizadas por meio da internet, as fraudes ou erros cometidos pelo doador sem conhecimento dos candidatos, partidos ou coligações não ensejarão a responsabilidade destes nem a rejeição de suas contas eleitorais. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 7º O limite previsto no § 1º não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p>	
<p>Art. 25. O partido que descumprir as normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos fixadas nesta Lei perderá o direito ao recebimento da quota do Fundo Partidário do ano seguinte, sem prejuízo de responderem os candidatos beneficiados por abuso do poder econômico.</p> <p>Parágrafo único. A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, por desaprovação total ou parcial da prestação de contas do candidato, deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 (um) mês a 12 (doze) meses, ou por meio do desconto, do valor a ser repassado, na importância apontada como irregular, não podendo ser aplicada a sanção de suspensão, caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após 5 (cinco) anos de sua apresentação.</p>	<p>Conquanto justificada, a sanção poderá criar graves embaraços ao funcionamento dos partidos, diante das limitações da própria legislação ou da jurisprudência do STF à captação de recursos financeiros. Pode ser revisto o período máximo de aplicação da pena, de 12 (doze) meses para 6 (seis) meses.</p>
<p>Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à</p>	



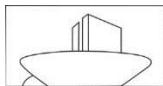
<p>Justiça Eleitoral, até cinco dias antes da divulgação, as seguintes informações:</p> <p>I - quem contratou a pesquisa;</p> <p>II - valor e origem dos recursos despendidos no trabalho;</p> <p>III - metodologia e período de realização da pesquisa;</p> <p>IV - plano amostral e ponderação quanto a sexo, idade, grau de instrução, nível econômico e área física de realização do trabalho a ser executado, intervalo de confiança e margem de erro; <u>(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>V - sistema interno de controle e verificação, conferência e fiscalização da coleta de dados e do trabalho de campo;</p> <p>VI - questionário completo aplicado ou a ser aplicado;</p> <p>VII - nome de quem pagou pela realização do trabalho e cópia da respectiva nota fiscal. <u>(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>§ 1º As informações relativas às pesquisas serão registradas nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.</p> <p>§ 2º A Justiça Eleitoral afixará no prazo de vinte e quatro horas, no local de costume, bem como divulgará em seu sítio na internet, aviso comunicando o registro das informações a que se refere este artigo, colocando-as à disposição dos partidos ou coligações com candidatos ao pleito, os quais a elas terão livre acesso pelo prazo de 30 (trinta) dias. <u>(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 3º A divulgação de pesquisa sem o prévio registro das informações de que trata este artigo sujeita os responsáveis a multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.</p> <p>§ 4º A divulgação de pesquisa fraudulenta constitui crime, punível com detenção de seis meses a um ano e multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.</p>	<p>As multas são necessárias e devem ser mantidas, diante da gravidade das condutas e do potencial lesivo de divulgação de pesquisas sem o necessário rigor técnico ou mesmo fraudulentas.</p>
---	--



<p>§ 5º É vedada, no período de campanha eleitoral, a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral. <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p>	
<p>Art. 34. (VETADO)</p> <p>§ 1º Mediante requerimento à Justiça Eleitoral, os partidos poderão ter acesso ao sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades que divulgaram pesquisas de opinião relativas às eleições, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos respondentes.</p> <p>§ 2º O não-cumprimento do disposto neste artigo ou qualquer ato que vise a retardar, impedir ou dificultar a ação fiscalizadora dos partidos constitui crime, punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo prazo, e multa no valor de dez mil a vinte mil UFIR.</p> <p>§ 3º A comprovação de irregularidade nos dados publicados sujeita os responsáveis às penas mencionadas no parágrafo anterior, sem prejuízo da obrigatoriedade da veiculação dos dados corretos no mesmo espaço, local, horário, página, caracteres e outros elementos de destaque, de acordo com o veículo usado.</p>	<p>Multa necessária e deve ser mantida, diante da gravidade da conduta.</p>
<p>Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 1º Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária</p>	



<p>com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e <i>outdoor</i>.</p> <p>§ 2º No segundo semestre do ano da eleição, não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista em lei nem permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.</p> <p>§ 3º A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado o seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), ou ao equivalente ao custo da propaganda, se este for maior. <u>(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 4º Na propaganda dos candidatos a cargo majoritário deverão constar, também, os nomes dos candidatos a vice ou a suplentes de senador, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% (trinta por cento) do nome do titular.<u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 5º A comprovação do cumprimento das determinações da Justiça Eleitoral relacionadas a propaganda realizada em desconformidade com o disposto nesta Lei poderá ser apresentada no Tribunal Superior Eleitoral, no caso de candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, nas sedes dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, no caso de candidatos a Governador, Vice-Governador, Deputado Federal, Senador da República, Deputados Estadual e Distrital, e, no Juízo Eleitoral, na hipótese de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	<p>O valor máximo pode ser revisto.</p>
<p>Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos,</p>	



passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 1º A veiculação de propaganda em desacordo com o disposto no **caput** deste artigo sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais). (Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006)

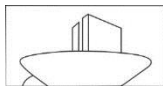
§ 2º Em bens particulares, independe de obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral, desde que seja feita em adesivo ou papel, não exceda a 0,5 m² (meio metro quadrado) e não contrarie a legislação eleitoral, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no § 1º. (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 3º Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

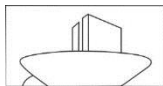
§ 4º Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º Nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, mesmo

A multa deve ser mantida, bem como os seus valores, pois somente será aplicada se houver descumprimento da ordem de restauração do bem.



<p>que não lhes cause dano. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 6º É permitida a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. <u>(Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>§ 7º A mobilidade referida no § 6º estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as seis horas e as vinte e duas horas. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 8º A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	
<p>Art. 39. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.</p> <p>§ 1º O candidato, partido ou coligação promotora do ato fará a devida comunicação à autoridade policial em, no mínimo, vinte e quatro horas antes de sua realização, a fim de que esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário.</p> <p>§ 2º A autoridade policial tomará as providências necessárias à garantia da realização do ato e ao funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar.</p> <p>§ 3º O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som, ressalvada a hipótese contemplada no parágrafo seguinte, somente é permitido entre as oito e as vinte e duas horas, sendo vedados a instalação e o uso daqueles equipamentos em distância inferior a duzentos metros:</p>	



I - das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das sedes dos Tribunais Judiciais, e dos quartéis e outros estabelecimentos militares;

II - dos hospitais e casas de saúde;

III - das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento.

§ 4º A realização de comícios e a utilização de aparelhagens de sonorização fixas são permitidas no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que poderá ser prorrogado por mais 2 (duas) horas. (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 5º Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR:

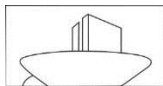
I - o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata;

III - a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

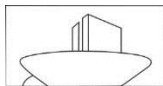
§ 6º É vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

§ 7º É proibida a realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

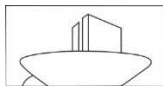
O valor máximo pode ser revisto, considerando que as condutas constituem fatos típicos criminais puníveis com detenção.



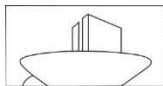
<p>§ 8º É vedada a propaganda eleitoral mediante <b>outdoors</b>, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). <u>Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>§ 9º Até as vinte e duas horas do dia que antecede a eleição, serão permitidos distribuição de material gráfico, caminhada, carreata, passeata ou carro de som que transite pela cidade divulgando jingles ou mensagens de candidatos. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 9º-A. Considera-se carro de som, além do previsto no § 12, qualquer veículo, motorizado ou não, ou ainda tracionado por animais, que transite divulgando <b>jingles</b> ou mensagens de candidatos. <u>(Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 10. Fica vedada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização de comícios. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 11. É permitida a circulação de carros de som e minitrios como meio de propaganda eleitoral, desde que observado o limite de 80 (oitenta) decibéis de nível de pressão sonora, medido a 7 (sete) metros de distância do veículo, e respeitadas as vedações previstas no § 3º deste artigo. <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>§ 12. Para efeitos desta Lei, considera-se: <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>I - carro de som: veículo automotor que usa equipamento de som com potência nominal de amplificação de, no máximo, 10.000 (dez mil) watts; <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>II - minitrio: veículo automotor que usa equipamento de som com potência nominal de amplificação maior</p>	<p>O valor máximo pode ser revisto.</p>
---	---



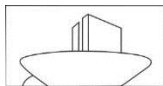
<p>que 10.000 (dez mil) watts e até 20.000 (vinte mil) watts; <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>III - trio elétrico: veículo automotor que usa equipamento de som com potência nominal de amplificação maior que 20.000 (vinte mil) watts. <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p>	
<p>Art. 40. O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista constitui crime, punível com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de dez mil a vinte mil UFIR.</p>	<p>Conduta grave. Os valores devem ser mantidos</p>
<p>Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no <u>art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pela Lei nº 9.840, de 1999)</u></p> <p>§ 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 2º As sanções previstas no caput aplicam-se contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 3º A representação contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada até a data da diplomação. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	<p>A conduta é penalizada com multa elevada, uma das maiores da Lei Eleitoral, e cassação do registro ou do diploma. Por ser grave e odiosa a conduta, o valor da multa deve ser mantido.</p>



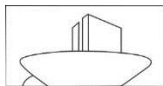
<p>§ 4º O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 3 (três) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial.</p>	
<p>Art. 43. São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na internet do jornal impresso, de até 10 (dez) anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide. <u>(Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 1º Deverá constar do anúncio, de forma visível, o valor pago pela inserção. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 2º-A inobservância do disposto neste artigo sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os partidos, coligações ou candidatos beneficiados a multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior. <u>(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	<p>Os valores devem ser mantidos.</p>
<p>Art. 45. Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário: <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>I - transmitir, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;</p> <p>II - usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou</p>	



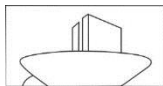
<p>ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito;</p> <p>III - veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes;</p> <p>IV - dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação;</p> <p>V - veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;</p> <p>VI - divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada. Sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do respectivo registro.</p> <p>§ 1º A partir de 30 de junho do ano da eleição, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição da multa prevista no § 2º e de cancelamento do registro da candidatura do beneficiário. <u>(Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)</u></p> <p>§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 55, a inobservância do disposto neste artigo sujeita a emissora ao pagamento de multa no valor de vinte mil a cem mil UFIR, duplicada em caso de reincidência.</p> <p>§ 3º REVOGADO. <u>(Revogado pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 4º Entende-se por trucagem todo e qualquer efeito realizado em áudio ou vídeo que degradar ou</p>	<p>Condutas graves. Os valores devem ser mantidos</p> <p>Condutas graves. Os valores devem ser mantidos</p>
--	---



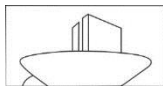
<p>ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou que desvirtuar a realidade e beneficiar ou prejudicar qualquer candidato, partido político ou coligação. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 5º Entende-se por montagem toda e qualquer junção de registros de áudio ou vídeo que degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou que desvirtuar a realidade e beneficiar ou prejudicar qualquer candidato, partido político ou coligação. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 6º—É permitido ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos em âmbito regional, inclusive no horário eleitoral gratuito, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	
<p>Art. 57-C. Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 1º É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios: <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>I - de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos; <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>II - oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 2º—A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	<p>Os valores devem ser mantidos, considerando a gravidade da conduta.</p>
<p>Art. 57-D. É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato durante a campanha eleitoral,</p>	



<p>por meio da rede mundial de computadores - internet, assegurado o direito de resposta, nos termos das alíneas a, b e c do inciso IV do § 3º do art. 58 e do 58-A, e por outros meios de comunicação interpessoal mediante mensagem eletrônica. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 1º <u>(VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 3º Sem prejuízo das sanções civis e criminais aplicáveis ao responsável, a Justiça Eleitoral poderá determinar, por solicitação do ofendido, a retirada de publicações que contenham agressões ou ataques a candidatos em sítios da internet, inclusive redes sociais. <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p>	<p>A conduta penalizada é bastante gravosa, de modo que os valores previstos devem ser mantidos.</p>
<p>Art. 57-E. São vedadas às pessoas relacionadas no art. 24 a utilização, doação ou cessão de cadastro eletrônico de seus clientes, em favor de candidatos, partidos ou coligações. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 1º É proibida a venda de cadastro de endereços eletrônicos. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	<p>A conduta penalizada é bastante gravosa, de modo que os valores previstos devem ser mantidos.</p>
<p>Art. 57-G. As mensagens eletrônicas enviadas por candidato, partido ou coligação, por qualquer meio, deverão dispor de mecanismo que permita seu descadastramento pelo destinatário, obrigado o</p>	



<p>remetente a providenciá-lo no prazo de quarenta e oito horas. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>Parágrafo único. Mensagens eletrônicas enviadas após o término do prazo previsto no caput sujeitam os responsáveis ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por mensagem. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	<p>Multa excessiva. Os valores podem ser revistos. Dificuldade prática de verificação do descumprimento.</p>
<p>Art. 57-H. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, será punido, com multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), quem realizar propaganda eleitoral na internet, atribuindo indevidamente sua autoria a terceiro, inclusive a candidato, partido ou coligação. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 1º Constitui crime a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação, punível com detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos e multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p> <p>§ 2º Igualmente incorrem em crime, punível com detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, com alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), as pessoas contratadas na forma do § 1º. <u>(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)</u></p>	<p>Multa excessiva. Os valores podem ser revistos.</p> <p>Multa excessiva. Os valores podem ser revistos, tanto mais porque a conduta é tipificada como crime sujeito a detenção.</p> <p>Multa excessiva. Os valores podem ser revistos, tanto mais porque a conduta é tipificada como crime sujeito a detenção.</p>
<p>Art. 58. A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social.</p>	



§ 1º O ofendido, ou seu representante legal, poderá pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral nos seguintes prazos, contados a partir da veiculação da ofensa:

I - vinte e quatro horas, quando se tratar do horário eleitoral gratuito;

II - quarenta e oito horas, quando se tratar da programação normal das emissoras de rádio e televisão;

III - setenta e duas horas, quando se tratar de órgão da imprensa escrita.

IV - a qualquer tempo, quando se tratar de conteúdo que esteja sendo divulgado na internet, ou em 72 (setenta e duas) horas, após a sua retirada. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 2º Recebido o pedido, a Justiça Eleitoral notificará imediatamente o ofensor para que se defenda em vinte e quatro horas, devendo a decisão ser prolatada no prazo máximo de setenta e duas horas da data da formulação do pedido.

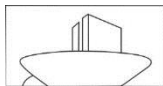
§ 3º Observar-se-ão, ainda, as seguintes regras no caso de pedido de resposta relativo a ofensa veiculada:

I - em órgão da imprensa escrita:

a) o pedido deverá ser instruído com um exemplar da publicação e o texto para resposta;

b) deferido o pedido, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, página, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até quarenta e oito horas após a decisão ou, tratando-se de veículo com periodicidade de circulação maior que quarenta e oito horas, na primeira vez em que circular;

c) por solicitação do ofendido, a divulgação da resposta será feita no mesmo dia da semana em que



a ofensa foi divulgada, ainda que fora do prazo de quarenta e oito horas;

d) se a ofensa for produzida em dia e hora que inviabilizem sua reparação dentro dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, a Justiça Eleitoral determinará a imediata divulgação da resposta;

e) o ofensor deverá comprovar nos autos o cumprimento da decisão, mediante dados sobre a regular distribuição dos exemplares, a quantidade impressa e o raio de abrangência na distribuição;

II - em programação normal das emissoras de rádio e de televisão:

a) a Justiça Eleitoral, à vista do pedido, deverá notificar imediatamente o responsável pela emissora que realizou o programa para que entregue em vinte e quatro horas, sob as penas do art. 347 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, cópia da fita da transmissão, que será devolvida após a decisão;

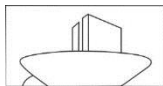
b) o responsável pela emissora, ao ser notificado pela Justiça Eleitoral ou informado pelo reclamante ou representante, por cópia protocolada do pedido de resposta, preservará a gravação até a decisão final do processo;

c) deferido o pedido, a resposta será dada em até quarenta e oito horas após a decisão, em tempo igual ao da ofensa, porém nunca inferior a um minuto;

III - no horário eleitoral gratuito:

a) o ofendido usará, para a resposta, tempo igual ao da ofensa, nunca inferior, porém, a um minuto;

b) a resposta será veiculada no horário destinado ao partido ou coligação responsável pela ofensa, devendo necessariamente dirigir-se aos fatos nela veiculados;



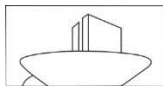
- c) se o tempo reservado ao partido ou coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, a resposta será levada ao ar tantas vezes quantas sejam necessárias para a sua complementação;
- d) deferido o pedido para resposta, a emissora geradora e o partido ou coligação atingidos deverão ser notificados imediatamente da decisão, na qual deverão estar indicados quais os períodos, diurno ou noturno, para a veiculação da resposta, que deverá ter lugar no início do programa do partido ou coligação;
- e) o meio magnético com a resposta deverá ser entregue à emissora geradora, até trinta e seis horas após a ciência da decisão, para veiculação no programa subsequente do partido ou coligação em cujo horário se praticou a ofensa;
- f) se o ofendido for candidato, partido ou coligação que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído tempo idêntico do respectivo programa eleitoral; tratando-se de terceiros, ficarão sujeitos à suspensão de igual tempo em eventuais novos pedidos de resposta e à multa no valor de duas mil a cinco mil UFIR.

IV - em propaganda eleitoral na internet: (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

a) deferido o pedido, a divulgação da resposta dar-se-á no mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa, em até quarenta e oito horas após a entrega da mídia física com a resposta do ofendido; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

b) a resposta ficará disponível para acesso pelos usuários do serviço de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

A multa deve ser mantida como tentativa de evitar o desvirtuamento dos objetivos do direito de resposta.



c) os custos de veiculação da resposta correrão por conta do responsável pela propaganda original. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 4º Se a ofensa ocorrer em dia e hora que inviabilizem sua reparação dentro dos prazos estabelecidos nos parágrafos anteriores, a resposta será divulgada nos horários que a Justiça Eleitoral determinar, ainda que nas quarenta e oito horas anteriores ao pleito, em termos e forma previamente aprovados, de modo a não ensejar tréplica.

§ 5º Da decisão sobre o exercício do direito de resposta cabe recurso às instâncias superiores, em vinte e quatro horas da data de sua publicação em cartório ou sessão, assegurado ao recorrido oferecer contrarrazões em igual prazo, a contar da sua notificação.

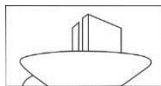
§ 6º A Justiça Eleitoral deve proferir suas decisões no prazo máximo de vinte e quatro horas, observando-se o disposto nas alíneas *d* e *e* do inciso III do § 3º para a restituição do tempo em caso de provimento de recurso.

§ 7º A inobservância do prazo previsto no parágrafo anterior sujeita a autoridade judiciária às penas previstas no art. 345 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

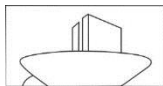
§ 8º O não-cumprimento integral ou em parte da decisão que conceder a resposta sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR, duplicada em caso de reiteração de conduta, sem prejuízo do disposto no art. 347 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

§ 9º Caso a decisão de que trata o § 2º não seja prolatada em 72 (setenta e duas) horas da data da formulação do pedido, a Justiça Eleitoral, de ofício, providenciará a alocação de Juiz auxiliar. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

A multa deve ser mantida em virtude da gravidade da conduta. Todavia, os valores podem ser revistos.



<p>Art. 68. O boletim de urna, segundo modelo aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conterá os nomes e os números dos candidatos nela votados.</p> <p>§ 1º O Presidente da Mesa Receptora é obrigado a entregar cópia do boletim de urna aos partidos e coligações concorrentes ao pleito cujos representantes o requeiram até uma hora após a expedição.</p> <p>§ 2º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior constitui crime, punível com detenção, de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviço à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de um mil a cinco mil UFIR.</p>	<p>A conduta já é punível com detenção. A multa pode ser dispensada.</p>
<p>Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:</p> <p>I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;</p> <p>II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;</p> <p>III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;</p>	



IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;

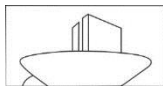
c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

e) a transferência ou remoção *ex officio* de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;

VI - nos três meses que antecedem o pleito:

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;



b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

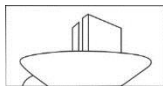
c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

VII - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos.

§ 1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.

§ 2º A vedação do inciso I do *caput* não se aplica ao uso, em campanha, de transporte oficial pelo Presidente da República, obedecido o disposto no



art. 76, nem ao uso, em campanha, pelos candidatos a reeleição de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público.

§ 3º As vedações do inciso VI do *caput*, alíneas b e c, aplicam-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição.

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR.

§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos do *caput* e no § 10, sem prejuízo do disposto no § 4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

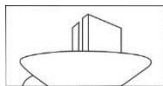
§ 6º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência.

§ 7º As condutas enumeradas no *caput* caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele diploma legal, em especial às cominações do art. 12, inciso III.

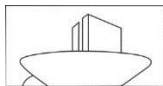
§ 8º Aplicam-se as sanções do § 4º aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem.

§ 9º Na distribuição dos recursos do Fundo Partidário (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995) oriundos da aplicação do disposto no § 4º,

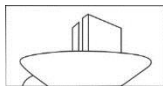
O teto é muito elevado e deve ser revisto. Ademais, as condutas são puníveis com a cassação do registro ou do diploma.



<p>deverão ser excluídos os partidos beneficiados pelos atos que originaram as multas.</p> <p>§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. <u>(Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)</u></p> <p>§ 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 12. A representação contra a não observância do disposto neste artigo observará o rito do <u>art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</u>, e poderá ser ajuizada até a data da diplomação. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p> <p>§ 13. O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 3 (três) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial. <u>(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)</u></p>	
<p>Art. 76. O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado.</p> <p>§ 1º O ressarcimento de que trata este artigo terá por base o tipo de transporte usado e a respectiva tarifa de mercado cobrada no trecho correspondente, ressalvado o uso do avião presidencial, cujo ressarcimento corresponderá ao aluguel de uma aeronave de propulsão a jato do tipo táxi aéreo.</p>	



<p>§ 2º No prazo de dez dias úteis da realização do pleito, em primeiro turno, ou segundo, se houver, o órgão competente de controle interno procederá <i>ex officio</i> à cobrança dos valores devidos nos termos dos parágrafos anteriores.</p> <p>§ 3º A falta do ressarcimento, no prazo estipulado, implicará a comunicação do fato ao Ministério Público Eleitoral, pelo órgão de controle interno.</p> <p>§ 4º Recebida a denúncia do Ministério Público, a Justiça Eleitoral apreciará o feito no prazo de trinta dias, aplicando aos infratores pena de multa correspondente ao dobro das despesas, duplicada a cada reiteração de conduta.</p>	<p>A multa deve ser mantida.</p>
<p>Art. 87. Na apuração, será garantido aos fiscais e delegados dos partidos e coligações o direito de observar diretamente, a distância não superior a um metro da mesa, a abertura da urna, a abertura e a contagem das cédulas e o preenchimento do boletim.</p> <p>§ 1º O não-atendimento ao disposto no <i>caput</i> enseja a impugnação do resultado da urna, desde que apresentada antes da divulgação do boletim.</p> <p>§ 2º Ao final da transcrição dos resultados apurados no boletim, o Presidente da Junta Eleitoral é obrigado a entregar cópia deste aos partidos e coligações concorrentes ao pleito cujos representantes o requeiram até uma hora após sua expedição.</p> <p>§ 3º Para os fins do disposto no parágrafo anterior, cada partido ou coligação poderá credenciar até três fiscais perante a Junta Eleitoral, funcionando um de cada vez.</p> <p>§ 4º O descumprimento de qualquer das disposições deste artigo constitui crime, punível com detenção de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período e multa, no valor de um mil a cinco mil UFIR.</p>	<p>A multa pode ser revogada, pois a conduta é punível com detenção.</p>



<p>§ 5º O rascunho ou qualquer outro tipo de anotação fora dos boletins de urna, usados no momento da apuração dos votos, não poderão servir de prova posterior perante a Junta apuradora ou totalizadora.</p> <p>§ 6º O boletim mencionado no § 2º deverá conter o nome e o número dos candidatos nas primeiras colunas, que precederão aquelas onde serão designados os votos e o partido ou coligação.</p>	
<p>Art. 91. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.</p> <p>Parágrafo único. A retenção de título eleitoral ou do comprovante de alistamento eleitoral constitui crime, punível com detenção, de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade por igual período, e multa no valor de cinco mil a dez mil UFIR.</p>	<p>A multa pode ser revista, pois a conduta é punível com detenção</p>

2017-2354